

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

JUVENTUDE E EDUCAÇÃO:
DETERMINANTES PARA HOMENS E MULHERES NO INGRESSO AO ENSINO
SUPERIOR NO BRASIL

Autora: Debora Maria Borges de Macedo

Brasília, agosto de 2018.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

JUVENTUDE E EDUCAÇÃO:
DETERMINANTES PARA HOMENS E MULHERES NO INGRESSO AO ENSINO
SUPERIOR NO BRASIL

Autora: Debora Maria Borges de Macedo

Dissertação apresentada ao Departamento de
Sociologia da Universidade de Brasília/UnB,
como parte dos requisitos para obtenção do título
de Mestre.

Brasília, agosto de 2018.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

JUVENTUDE E EDUCAÇÃO:
DETERMINANTES PARA HOMENS E MULHERES NO INGRESSO AO ENSINO
SUPERIOR NO BRASIL

Autora: Debora Maria Borges de Macedo

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Cristina Murta Collares (SOL/UnB)

Banca:

Prof. Dra. Ana Cristina Murta Collares (SOL/UnB)

Prof. Dr. Luís Augusto Sarmiento Cavalcanti de Gusmão (SOL/UnB)

Prof. Dr. Marcelo Medeiros Coelho de Souza (IPEA)

Prof. Dr. Stefan Fornos Klein (Suplente/SOL/UnB)

Brasília, agosto de 2018.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais e irmã, que além de sempre presentes, me apoiam em todas as minhas decisões, especialmente no meu percurso acadêmico: obrigada por me proporcionarem todas as condições e oportunidades para seguir o caminho que escolhi. Ao Guilherme, amigo, companheiro, e minha inspiração: obrigada pelas discussões, carinho, paciência e amor.

Agradeço a professora Ana Cristina pela dedicação, compreensão, e por ter proporcionado oportunidades e muito aprendizado. Agradeço também aos professores Marcelo Medeiros, Luís Gusmão e Sadi dal Rosso, por todas as contribuições e brilhantismo em suas aulas: obrigada por serem inspirações na docência. Em especial, agradeço ao professor Carlos Benedito, pela amizade, carinho e dedicação; mas principalmente, por acreditar nos alunos e propor conhecimento aliado à delicadeza e sensibilidade.

Aos colegas e amigos do Grupo de Pesquisa sobre Memórias e Identidades da Metrópole e ao professor Edson Farias, agradeço a parceria, o entusiasmo, e as prazerosas horas de discussões. Colegas de mestrado: obrigada pela força. Um agradecimento especial ao Rodolfo, parceiro nas aflições e indecisões. E Simone, minha feminista preferida, amiga sem a qual não conseguiria sobreviver aos últimos dois anos: você é a força que muitos precisam, obrigada por ter cruzado o meu caminho e permanecido nele.

Um enorme agradecimento aos colegas do IPEA, que me motivaram em muitas decisões e acalmaram meu coração. Também aos colegas do MDS, pela paciência, compreensão, trocas e sugestões durante o último ano.

Finalmente, agradeço à secretaria e ao departamento de Sociologia da UnB, pela paciência e trabalho realizado.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar alguns dos determinantes para o ingresso de jovens brasileiros/as no Ensino Superior, através de dados coletados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2015. A partir do recorte de faixa etária de duas etapas da juventude – 18 a 24 e 25 a 29 anos de idade -, e de uma comparação por sexo, o trabalho visa observar quais características podem ser consideradas determinantes para o ingresso na educação superior.

A pesquisa parte de jovens com Ensino Médio concluído, e enfoca as diferenças de acesso entre homens e mulheres, calculado a partir da probabilidade marginal de ingresso, já que as jovens mulheres (42,6%) apresentam maiores chances de dar continuidade aos estudos do que os jovens homens (37,7%).

A primeira etapa da pesquisa analisa características socioeconômicas tais como trabalho e renda, região do país e raça/cor. Adicionalmente, este trabalho propôs observar algumas características do âmbito mais privado da vida dos/as jovens, tais como casamento, dedicação aos afazeres domésticos e filho(s).

Procedimentos de regressão logística foram empregados para identificar os determinantes de ingresso no Ensino Superior para jovens no Brasil, no âmbito geral e determinantes privados, e as diferenças por sexo nessa relação.

Os resultados mostram que a característica mais determinante em sentido positivo para o ingresso no Ensino Superior é a renda, em conformidade com a literatura tradicional da área: quanto maior a renda familiar *per capita*, maiores as chances de acesso. Na comparação entre jovens homens e mulheres os resultados mostraram que características da vida privada afetam ambos negativamente, mas mais as mulheres. O trabalho remunerado foi a característica com maior destaque, pois afeta as chances dos homens de forma negativa, enquanto que para as mulheres, positivamente, fato que é discutido em mais detalhes.

Palavras-chave: Ensino Superior, Juventude, Desigualdades, Análise Quantitativa.

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze some of the determinants for the enrollment of Brazilian young people in Higher Education, through data collected by the Brazilian National Household Sample Survey of 2015. From the cut of age group of two stages of youth - 18 a 24 and 25 to 29 years of age -, and a comparison by sex, the work aims to observe which characteristics can be considered determinant for the entrance in higher education.

The survey is based on young people with a high school completed, and focuses on the differences in access between men and women, calculated from the marginal probability of enrollment, since young women (42.6%) are more likely to continue their studies. than young men (37.7%).

The first stage of the research analyzes socioeconomic characteristics such as work and income, region of the country and race/color. In addition, this study proposes to observe some characteristics of the more private scope of the life of young people, such as marriage, dedication to housework and children.

Logistic regression procedures were used to identify the determinants of enrollment in Higher Education for young people in Brazil, in the general scope and private determinants, and the differences by sex in this relation.

The results show that the most determinant characteristic in the positive sense for entry into higher education is income, in accordance with the traditional literature of the area: the higher the family income per capita, the greater the chances of access. In the comparison between young men and women the results showed that characteristics of private life affect both negatively, but more women. Paid work was the most prominent feature, as it affects the chances of men in a negative way, while for women, positively, a fact that is discussed in more detail.

Keywords: Higher Education, Youth, Inequalities, Quantitative Analysis.

Sumário

LISTA DE TABELAS	8
LISTA DE GRÁFICOS	10
INTRODUÇÃO	11
DADOS E METODOLOGIA	19
CAPÍTULO 1: JUVENTUDE E CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E PRIVADAS PARA INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	26
CAPÍTULO 2: DETERMINANTES SOCIAIS E PRIVADOS PARA INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	35
CAPÍTULO 3: DETERMINANTES PARA JOVENS HOMENS E MULHERES NO INGRESSO AO ENSINO SUPERIOR	45
CAPÍTULO 4: DESIGUALDADES DE GÊNERO: OS TRABALHOS E A CONCILIAÇÃO DAS ATIVIDADES	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62
ANEXOS	67

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Características dos/as jovens brasileiros/as de 18 a 29 anos de idade, segundo nível de escolaridade (com peso populacional).....	13
Tabela 2 - Chance de jovens ingressarem no Ensino Superior - por sexo – Em %	16
Tabela 3 - Características dos/as Jovens - Trabalho, por sexo – Em%	26
Tabela 4 - Características dos/as Jovens - Rendimento do trabalho e de todas as fontes, por sexo – Em%.....	28
Tabela 5 - Características dos/as Jovens - Distribuição geográfica, raça/cor e situação do domicílio– Em %.....	29
Tabela 6 - Características privadas dos/as jovens brasileiros/as, segundo nível de escolaridade (com peso populacional).....	31
Tabela 7 - Características dos/as Jovens - Casamento e Filhos – Em%.....	32
Tabela 8 - Características dos/as Jovens - Trabalho doméstico não pago - Em %	32
Tabela 9 - Razões de chance dos/as jovens para ingresso no Ensino Superior, segundo características socioeconômicas (com peso populacional)	35
Tabela 10 - Razões de chance dos/as jovens para ingresso no Ensino Superior excluindo os/as que já concluíram, segundo características socioeconômicas (com peso populacional)	37
Tabela 11 - Razões de chance dos/as jovens para ingresso no Ensino Superior, segundo características socioeconômicas e privadas (com peso populacional)	38
Tabela 12 - Razões de chance dos/as jovens para ingresso no Ensino Superior excluindo os/as que já concluíram, segundo características socioeconômicas e privadas (com peso populacional).....	40
Tabela 13 - Razões de chance para jovens homens e jovens mulheres para ingresso no Ensino Superior, segundo características socioeconômicas e privadas (com peso populacional)...	45

Tabela 14 - Razões de chance para jovens homens e jovens mulheres para ingresso no Ensino Superior excluindo os/as que concluíram, segundo características socioeconômicas e privadas (com peso populacional)	48
Tabela 15 - Conciliação dos estudos, trabalho, e trabalho não remunerado entre os/as jovens -Em %	56
Tabela 16 - Identidade Familiar	67
Tabela 17 - Faixa etária - Juventude.....	67
Tabela 18 - Sexo	67
Tabela 19 - Pessoa de referência na família.....	68
Tabela 20 - Raça/Cor	68
Tabela 21 - Filhos	69
Tabela 22 – Filhos, Jovens e Pessoa de Referência.....	69
Tabela 23 - Casamento.....	70
Tabela 24 - Educação.....	70
Tabela 25 - Regiões do Brasil	72
Tabela 26 - Situação do domicílio.....	72
Tabela 27 - Trabalho.....	72
Tabela 28 - Trabalho doméstico	73
Tabela 29 - Renda familiar <i>per capita</i>	74
Tabela 30 – Renda do trabalho.....	75
Tabela 31 - Renda de todas as fontes.....	76
Tabela 32 - Conciliação trabalho, estudos e trabalho não pago	77
Tabela 33 - Jovens que têm entre 24 e 29 anos que concluíram o Ensino Médio / Frequentaram o Ensino Superior (com peso populacional)	78

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Probabilidade marginal para ingresso no Ensino Superior para homens e mulheres, segundo casamento e parentalidade (com peso populacional).....	42
Gráfico 2 - Probabilidade marginal para ingresso no Ensino Superior para homens e mulheres, segundo horas de trabalho doméstico não remunerado e parentalidade (com peso populacional).....	43
Gráfico 3 - Probabilidade marginal para ingresso no Ensino Superior para homens e mulheres, segundo trabalho remunerado e trabalho doméstico não remunerado (com peso populacional).....	53

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa visa compreender aspectos da estratificação vertical do acesso ao Ensino Superior¹, analisando as características que dificultam o ingresso dos/as jovens brasileiros/as – a partir do diagnóstico da transição educacional do ensino médio para o superior da faixa etária de 18 a 29 anos de idade -, bem como as desigualdades entre jovens homens e jovens mulheres, neste âmbito.

Mesmo com o pequeno aumento de 2010 a 2015 (de 53% para 55%) do número de jovens que cumpriam o pré-requisito para ingresso no Ensino Superior - a conclusão do Ensino Médio – e dos avanços recentes no acesso à educação superior, tal como a sua expansão (Prates e Collares, 2014), somente 10% ingressaram na Universidade², tendo-a concluído ou não³. Outros aspectos do ingresso estão ligados às condições socioeconômicas, que, por consequência, mantêm, além do baixo número, desigualdades no acesso. Por essas e outras causas, a educação superior no Brasil é para poucos/as, e as taxas de ingresso estão entre as menores dentre países em nível de desenvolvimento similar (Neves e Martins, 2016).

Muito já se estudou sobre as taxas e as desigualdades nos âmbitos educacionais, e desde o conhecido Relatório Coleman (1966) as pesquisas nesta área - especialmente as que buscam compreender as oportunidades e o alcance educacional - têm em conta as características socioeconômicas. A origem social (bem como a raça/cor, a origem geográfica e a herança do capital intelectual) passou a ser analisada como a principal influência sobre o alcance educacional.

No Brasil, em pesquisas que buscam analisar a área da educação superior (Mont'alvão, 2014; Prates e Collares, 2014; Vasconcelos, 2016) observam-se quais condições sociais e econômicas são determinantes para o acesso. Dados de 2010 apontam que as taxas proporcionais de ingresso são maiores nas regiões do Sudeste, Sul e Centro-

¹As análises aqui feitas não fazem distinção entre os tipos de instituição de ingresso (Federal, Estadual, Municipal e Privadas) ou área de conhecimento.

²Dos/as jovens elegíveis – que concluíram o Ensino Básico – dois terços não fazem a transição para o Ensino Superior (Mont'alvão, 2014). Os 10% dizem respeito à toda a população jovem.

³Recentemente Corbucci (2016) analisou seu crescimento de 1996 a 2010 e demonstrou que nos últimos anos os percentuais de ingresso não conseguiram acompanhar o *boom* ocorrido em 2002 (quando 16,5% de jovens estava matriculada).

Oeste. A região com menores taxas de ingresso no Ensino Superior era a região Norte, consequência também da menor taxa de jovens com o Ensino Médio completo.

As informações analisadas por Vasconcelos (2016), a partir da desagregação dos dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE), apontaram igualmente (também no caso das regiões brasileiras) que quanto maior a renda domiciliar *per capita* dos/as jovens (e aqui considerada como uma *proxy* para observar a origem social), maiores as taxas de acesso ao Ensino Superior⁴. Mont’Alvão (2014) também analisou os dados brasileiros ao longo dos anos e aponta que

(...) apesar do aumento nas taxas de transição ao ensino superior, vários estudos apontaram que não houve grandes mudanças do que diz respeito às proporções de estudantes das diferentes origens sociais que conseguiram realizar esta transição, mantendo estáveis as desigualdades de acesso. A manutenção dessas diferenças dever-se-ia tanto a fatores no nível individual e familiar – recursos econômicos, culturais e sociais que o grupo familiar disponibiliza para as crianças e estas convertem em instrumentos de realização escolar (Bourdieu, 1986) – quanto no nível estrutural – organização do sistema educacional e diferenças regionais, por exemplo - , fazendo com que grupos sociais tenham acessos diferenciados às oportunidades escolares (MONT’ALVAO, 2014, p.418).

Pesquisas realizadas em outros países apontam que a transição para o Ensino Superior está nos últimos patamares do “filtro” da origem social (Mare, 1981; Hout, 1984); isso quer dizer que as origens sociais (o conjunto de características que as formam) se “diluem” à medida em quem os/as alunos/as vão evoluindo no sistema educacional formal. No Brasil, contudo, há ainda uma grande importância da origem social como determinante para transição do Ensino Básico para o Ensino Superior (Collares, 2010); por isso, características socioeconômicas também serão analisadas aqui.

Os determinantes socioeconômicos, portanto, passaram a ser amplamente estudados no Brasil e se assemelham quando comparados longitudinalmente (Prates e Collares, 2014). As desigualdades de ingresso entre homens e mulheres também começaram a ser observadas em pesquisas sobre acesso ao Ensino Superior; no entanto, pouco se debateu sobre os determinantes que levam à desigualdade entre os sexos⁵, em que se sabe as mulheres detêm percentuais maiores.

⁴ Mesmo havendo um crescimento de ingresso entre os estratos mais baixos de renda, entre 2000 e 2010, a população jovem de maior renda ainda em 2010 tinham um percentual maior de acesso ao Ensino Superior (Corbucci, 2016).

⁵ Optou-se, nesta pesquisa, a utilizar as desigualdades entre os sexos, e não entre gêneros. Essa escolha se deve ao fato de que os dados usados para as observações são de origem sociodemográfica e capturam apenas o sexo dos indivíduos, e não o gênero.

Fatores sobre as condições da vida privada dos/as jovens, como aspectos que dificultam sua entrada num curso de graduação, entretanto, são pouco analisados. Por isso, este trabalho propõe estudar, a partir dos determinantes socioeconômicos para ingresso (que compõem a origem social), outras características que também dificultam o acesso dos/as jovens à universidade, adicionadas às características socioeconômicas, e aqui intituladas “determinantes privados⁶”. Assim, será investigado se essas características estão relacionadas, de alguma forma, à desigualdade de acesso entre os jovens homens e as jovens mulheres. Esses fatores serão avaliados a partir das razões de chance de ingresso no Ensino Superior.

Antes disso, este trabalho propõe fazer uma análise exploratória de todos os dados que serão utilizados, a partir dos resultados brutos das frequências de escolaridade; bem como a observação bivariada dessas frequências considerando todos os determinantes selecionados e, em sequência, a divisão entre os sexos.

A partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2015 (PNAD 2015), foi possível captar que 99% dos/as jovens de 18 a 29 anos de idade têm ou tiveram acesso à educação formal (tendo concluído ou não e em qualquer nível); e dentre estes, 10,26% ingressaram na educação superior (Superior de graduação e Mestrado e Doutorado), tendo concluído ou não. A Tabela 1 mostra o número e o percentual de jovens de acordo com o grau de escolaridade (a partir da conclusão do Ensino Médio) e suas características socioeconômicas.

Tabela 1 - Características dos/as jovens brasileiros/as de 18 a 29 anos de idade, segundo nível de escolaridade (com peso populacional)

Característica Social	Total		Ensino Médio Completo		Superior Incompleto		Superior Completo	
	Número	% ⁷	Número	%	Número	%	Número	%
Brasil	37.707.794	18,0	17.002.798	45,1	6.065.719	1,9	3.198.177	8,4
Idade								
18 a 24 anos	22.432.217	59,5	8.010.721	35,7	4.338.003	19,3	877.451	3,9

⁶ A utilização deste termo será melhor explicada mais adiante, mas consiste em características como casamento, fecundidade e dedicação aos afazeres domésticos.

⁷ Percentuais calculados com o total da amostra de jovens de 18 a 29 anos de idade.

25 a 29 anos	15.275.577	40,5	5.911.570	38,7	1.727.716	11,3	2.320.726	15,1
Sexo								
Homens	18.969.187	50,4	8.368.494	44,1	2.695.975	14,1	1.276.545	6,7
Mulheres	18.738.607	49,6	8.634.304	46,1	3.369.744	17,9	1.921.632	10,2
Trabalho								
Trabalha	22.622.267	59,9	10.899.505	48,1	3.359.934	14,8	2.594.652	11,4
Não Trabalha	14.726.893	39,1	6.103.293	41,4	2.705.785	18,3	603.525	4,1
Horas de trabalho semanais⁸								
Até 14 horas	934.410	4,1	310.390	33,2	151.933	16,2	79.207	8,4
15 a 39 horas	4.519.370	19,8	1.412.459	31,2	998.377	22,0	501.423	11,1
40 a 44 horas	12.196.158	53,6	5.028.148	41,2	1.777.325	14,5	1.598.668	13,1
45 a 48 horas	3.076.512	13,5	1.442.753	46,9	256.968	8,3	187.832	6,1
Mais de 48	2.019.067	8,8	835.254	41,3	175.331	8,6	227.522	11,2
Característica Social	Total		Ensino Médio Completo		Superior Incompleto		Superior Completo	
Renda Mensal Individual de todos os rendimentos								
Sem renda	12.435.639	33,1	4.178.197	33,6	90.943	0,7	543.664	4,3
Até ½ SM	3.147.166	8,5	969.255	30,8	171.913	5,4	26.890	0,8
De ½ até 1 SM	2.541.115	6,9	755.354	29,7	385.611	15,1	45.889	1,8
De 1 até 2 SM	11.044.317	30,1	4.990.009	45,1	1.654.437	14,9	798.697	7,2
De 2 até 3 SM	2.660.428	7,2	1.022.386	38,4	507.617	19,0	588.387	22,1
De 3 até 5 SM	1.311.128	3,5	349.194	26,6	285.112	21,7	522.051	39,8
Acima de 5 SM	738.828	2,0	101.144	13,6	104.833	14,1	467.798	63,3
Renda Mensal Familiar <i>per capita</i>								
Sem renda	661.378	1,7	221.446	33,5	71.024	10,7	21.870	3,3

⁸ Percentuais para os/as que trabalham.

Até ½ SM	9.967.655	26,4	3.250.690	32,6	531.063	5,3	111.085	1,1
De ½ até 1 SM	10.819.444	28,6	4.581.231	42,3	1.301.392	12,0	371.974	3,4
De 1 até 2 SM	9.739.861	25,8	4.170.034	42,8	2.142.678	22,0	941.147	9,7
De 2 até 3 SM	2.560.520	6,7	794.103	31,0	826.376	32,3	610.326	23,8
De 3 até 5 SM	1.460.644	3,8	259.466	17,8	559.001	38,3	510.338	34,9
Acima de 5 SM	950.594	2,5	88.885	9,4	326.939	34,4	442.217	46,5
Região								
Norte	3.513.199	9,3	1.480.455	42,1	486.373	13,8	183.660	5,2
Nordeste	10.771.779	28,5	4.670.006	43,3	1.331.344	12,3	494.922	4,5
Sudeste	15.360.197	40,7	7.526.254	49,0	2.647.587	17,2	1.589.584	10,3
Sul	5.122.989	13,5	2.143.862	41,8	1.002.293	19,5	576.305	11,2
Centro-Oeste	2.939.630	7,8	1.182.221	40,2	598.122	20,3	353.706	12,0
Característica Social	Total		Ensino Médio Completo		Superior Incompleto		Superior Completo	
Raça/Cor								
Branços	16.204.520	42,9	6.896.148	42,5	3.521.536	21,7	2.162.534	13,3
Não Brancos	21.503.274	57,0	10.106.650	47,0	2.544.183	11,8	1.036.643	4,8
Situação do domicílio								
Urbano	32.489.304	86,1	12.271.504	37,7	5.771.142	17,7	3.086.739	9,5
Rural	5.218.490	13,8	1.650.787	31,6	294.577	5,6	111.438	2,1

Fonte: PNAD 2015/IBGE.

Obs.: percentual calculado de acordo com a característica (por linha).

Esses dados de 2015 se assemelham aos dados já apresentados sobre 2010, em que os jovens brancos/as, que residem na zona urbana, nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste que ingressaram o Ensino Superior são maioria naquele nível de ensino. Da mesma forma, os/as que têm maiores rendas individuais e os/as que advêm de famílias em que a renda *per capita* é maior.

A literatura educacional tem evidenciado que o fator renda estabelece elevada correlação com o acesso à educação e, principalmente, com o desempenho acadêmico dos estudantes. (...) Observa-se, em última instância, que tal correlação tem como implicação as desiguais taxas de conclusão dos cursos, segundo as faixas de renda. (Corbucci, 2016, p.162)

Dentre todos os dados apresentados na Tabela 1 o que mais chama atenção - além da renda - e será focalizado neste trabalho, é o de que as mulheres apresentam percentuais maiores em todos os níveis educacionais selecionados, que são os mais altos⁹. É sabido que as mulheres são mais escolarizadas e se dedicam mais e por mais tempo aos estudos (Barreto, 2014); e parte do seu maior percentual de ingresso no Ensino Superior é, usualmente, explicado devido ao fato de que mais mulheres concluíram os níveis básicos de educação (Vasconcelos, 2016).

Entretanto, nota-se que os percentuais dos/as jovens que concluíram o Ensino Médio em 2015 são próximos na comparação entre homens (44,12%) e mulheres (46,08%), o que indica que ambos cumpriam, em taxas muito semelhante, um dos pré-requisitos de ingresso no Ensino Superior. Dito isso, e para além do percentual de ingresso desigual entre os sexos, a Tabela 2 mostra que a chance de não dar continuidade aos estudos é maior para os jovens homens (62,3%), e para eles a chance de ingresso no Ensino Superior é menor (37,7%).

Tabela 2 - Chance de jovens ingressarem no Ensino Superior - por sexo – Em %

Sexo	Frequenta ou frequentou o Ensino Superior	Parou no médio¹⁰
Mulheres (4)	42,62	57,38
Homens (2)	37,70	62,30
Total	40,36	59,64

Fonte: PNAD 2015/IBGE.

Segundo Mont’Alvão (2014), a maior probabilidade entre as mulheres de fazer a transição do Ensino Médio para o Ensino Superior existe desde a década de 80, no Brasil; esta já é também uma tendência mundial e cresce progressivamente. As mulheres detêm maior número das matrículas, maiores taxas de expansão nas modalidades presencial e à distância, e são também maioria entre os/as concluintes (Inep, 2018).

⁹ Outros estudos também apontam que a proporção de jovens mulheres cursando o nível de ensino adequado à sua faixa etária é maior que a proporção de homens (ver, por exemplo, COSTA, 2015).

¹⁰ Concluiu o Ensino Médio e não está matriculado no Ensino Superior.

Mesmo que muito pertinente, não é objetivo desta pesquisa estudar os tipos e a qualidade do ingresso, mesmo sabendo que o ingresso das mulheres se dá, em grande parte, em cursos noturnos, considerados “inferiores” em relação ao mercado de trabalho (com piores expectativas de remuneração média) (Galvão, 2015); enquanto para os homens os percentuais em cursos de prestígio ainda são maiores. Busca-se investigar o ingresso, e acredita-se que este, e o acesso à educação formal, são propulsores para a diminuição das desigualdades sociais, e também para o desenvolvimento individual e cidadão.

Como dito anteriormente, outro objetivo desta pesquisa - além do de compreender fatores que dificultam o acesso dos/as jovens brasileiros ao Ensino Superior - é o de analisar se questões como casamento, fecundidade e dedicação ao trabalho doméstico não pago como fatores que dificultam o acesso à universidade. A investigação, nesse sentido, se deve à hipótese de que, em geral, esses aspectos da vida dos jovens - assim como o são entre um público de maior idade - tenham um efeito distinto para homens e mulheres. Ainda, pouco se estudou sobre o impacto dessas características na vida da juventude, juntamente com os determinantes socioeconômicos, no acesso à universidade; especialmente, no que concerne às desigualdades entre os sexos.

Já se sabe que a dedicação aos cuidados do lar, ter filho(s) e o casamento são aspectos que muito impactam a vida das mulheres (Fontoura, N.; Araújo, C., 2016); busca-se investigar, então, o quanto essas características são determinantes para as jovens de 18 a 29 anos para sua transição à universidade. Além disso, analisa-se também se essas características, de algum forma, impactam na vida educacional dos jovens homens e o quanto o fazem; de forma a averiguar se explicam a desigualdade de ingresso entre os/as jovens.

Sendo assim, este trabalho está dividido em 4 capítulos, além desta introdução e da seção seguinte que apresenta os dados e a metodologia utilizados. No capítulo 1, serão apresentados os resultados da análise exploratória e bivariada dos dados. Em seguida, no capítulo 2, foi feita uma análise baseada em regressões logísticas para detectar o efeito líquido dos determinantes nas chances de entrada no Ensino Superior, para todos/as os/as jovens, destacando a influência do sexo e das interações entre sexo e os demais determinantes nessas chances. Para tanto, são analisados nas equações, primeiramente, os determinantes socioeconômicos, e em seguida o que se chamou de determinantes privados.

No capítulo 3 as características sociais e privadas, empregues no capítulo anterior, foram analisadas considerando a amostra de jovens homens e de jovens mulheres separadamente, a fim de compreender melhor o impacto das interações dos diferentes fatores por sexo; ou seja, o quanto cada característica afeta os jovens homens e o quanto afeta as jovens mulheres. No quarto capítulo, discute-se algumas dessas características e suas interações para a chance de ingresso no Ensino Superior para homens e mulheres, a partir dos resultados apresentados no capítulo 3. Por fim, são apresentadas algumas últimas considerações.

Dados e Metodologia

Neste trabalho foram utilizados os dados divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2015 (IBGE), que captou informações de 356.904 brasileiros/as¹¹, destes, 66.560 jovens de 18 a 29 anos de idade – sendo esta última a amostra utilizada nesta pesquisa. A PNAD 2015 foi escolhida para ser utilizada porque era, no momento do desenvolvimento do trabalho, a pesquisa mais atual e completa antes de se tornar contínua, e porque os dados sobre origem e mobilidade social, captados na pesquisa de 2014, não tinham sido ainda publicados.

Por meio da utilização dos softwares Stata e SPSS, alguns recortes foram feitos e variáveis *dummies* (binárias) foram criadas para as observações iniciais (de frequências) e para a criação dos modelos sobre os determinantes – usualmente utilizados em pesquisas semelhantes - para ingresso no Ensino Superior no Brasil.

A utilização da PNAD se deve ao fato de ser a pesquisa mais completa em aspectos socioeconômicos, de levantamento anual de dados do Brasil e captar grande parte dos recortes necessários para a análise proposta. No entanto, a PNAD apresenta diversos problemas, e antes mesmo do início da pesquisa um deles é observado: as perguntas relacionadas à fecundidade – hipótese aqui levantada – referem-se diretamente apenas às mulheres (com 10 anos de idade ou mais)¹². Por isso, uma das estratégias para obtenção dos dados sobre fecundidade, também para os homens, foi a junção das variáveis de identificação e controle com a de condição na família, verificando, dentre os componentes da família, a existência de filho(s).

VARIÁVEIS CONDIÇÃO NA FAMÍLIA E FILHOS – PARA O SEXO MASCULINO¹³

Portanto, a maneira utilizada para identificar a “condição na família”, dos/as jovens e a existência de filho(s) relacionados a eles/as, foi, primeiro, a de transformar as variáveis numéricas de controle (V0102¹⁴), de número de série (V0103) e de número da família

¹¹ População total no Brasil: 204,9 milhões (PNAD, 2015)

¹² Esse é um problema encontrado não somente na PNAD, mas também em outras pesquisas realizadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e de outras instituições de pesquisa, no Brasil e no mundo. Compreende-se que essa formulação da pesquisa, e de muitas outras, se deve a questões relacionadas à busca, predominante, por dados demográficos.

¹³ Todas as variáveis criadas estão descritas em anexos.

¹⁴ Todas as referências aos números das variáveis estão de acordo com o dicionário de dados da PNAD 2015/IBGE.

(V0403) em variáveis de sequência (*string*). Feito isso, as três variáveis foram combinadas em uma só para que se determinasse uma “identidade” da família¹⁵. A partir dessa identidade foi possível gerar uma variável que identifique a presença de “filho(s)” na composição familiar. Para que o/a filho/a seja relacionado/a ao/à jovem analisado/a foram considerados/as jovens homens e mulheres classificados/as, na condição na família, como as pessoas de referência, assim como os/as cônjuges (1 e 2). Dessa forma, considera-se que o/a filho/a na família (consanguíneo ou não¹⁶) tem esse parentesco com o/a jovem “pessoa de referência”.

VARIÁVEL FAIXA ETÁRIA - JUVENTUDE

Criada a identidade familiar, o primeiro recorte realizado foi o da faixa etária da juventude (a partir de V8005), que segue o Estatuto da Juventude¹⁷, em que são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos; entretanto, os/as jovens que têm entre 15 e 17 anos foram desconsiderados da amostra nesta pesquisa por não representarem a idade regular de ingresso no Ensino Superior¹⁸.

VARIÁVEIS EDUCAÇÃO – ENSINO MÉDIO E ENSINO SUPERIOR

O total de 9 variáveis binárias foram criadas para se compreender a situação educacional dos/as jovens, e também para selecionar a mais adequada para o modelo de regressão logística. Essas variáveis foram criadas a partir de:

- V0602: “Frequenta escola ou creche”
- V6007: “Curso mais elevado que frequentou anteriormente”
- V0611: “Concluiu este curso que frequentou anteriormente”
- V6003: “Curso que frequenta”
- V0606: “Anteriormente frequentou escola ou creche”

¹⁵ Nesta análise foram consideradas as pessoas de referência na família e não no domicílio, em consideração aos arranjos familiares, que podem ser diversos, principalmente na juventude. Da mesma forma, os dados mostraram (em testes) que grande parte dos/as jovens considerados/as a pessoa de referência da família é considerada também a pessoa de referência no domicílio.

¹⁶ Considera-se aqui o(s) filho(s) que coabitam com esses jovens, excluindo os/as jovens que têm filho(s) biológicos, mas que não fazem parte do arranjo familiar referenciado na pesquisa.

¹⁷ O Estatuto da Juventude foi instituído no dia 5 de agosto de 2013, através da Lei nº12.852, pela Presidência da República.

¹⁸ O Censo Demográfico 2010 mostra que somente 1,7% dos estudantes ingressos no Ensino Superior tinham idade inferior a 18 anos.

Como variável de interesse foi criada a “educ_ms”, uma variável binária que inclui na sua amostra apenas jovens que cumprem/cumpriram o pré-requisito formal do ingresso no Ensino Superior. Compreende, portanto: (0) aqueles/as que concluíram o Ensino Médio e não deram continuidade aos estudos; e (1) os/as que ingressaram na universidade, que frequentam ou frequentaram, que concluíram ou que não a concluíram. Assim, essa variável buscou compreender todos/as que acessaram a educação superior, sem distinção sobre tipo, curso ou conclusão.

Adicionalmente, e com o intuito comparativo, foi criada a variável “educ_freq”, que assim como a anterior, inclui em sua amostra jovens que finalizaram o Ensino Básico. Entretanto, essa variável de interesse, exclui os/as jovens que já concluíram o Ensino Superior de graduação; ou seja, compreende (0) aqueles/as que concluíram o Ensino Médio e não deram continuidade aos estudos; e (1) os/as que ingressaram na universidade, que frequentam ou frequentaram, mas que não concluíram (seja porque ainda estão cursando, seja porque ‘renunciaram’ à educação superior).

VARIÁVEIS SOCIAIS – RAÇA/COR, REGIÃO, SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO

As variáveis raça/cor (V0404) foram divididas entre “brancos” e “não brancos”¹⁹, em que a primeira se refere a todos/as que se autodeclararam brancos e amarelos; e a segunda, aos/às pretos, pardos e indígenas.

Para região, as variáveis foram agrupadas de acordo com as UFs, seguindo a lógica de classificação do IBGE. Para a situação de domicílio (código da situação censitária) foram agrupados da variável V4728 as situações rural e urbano.

VARIÁVEIS SOCIOECONÔMICAS – TRABALHO E RENDA

A variável trabalho (V9001) considerou os/as que declararam estar trabalhando na semana de referência; para as horas de trabalho utilizou-se a variável derivada (V4707) que classifica em faixas as horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos, sendo (1) até 14 horas de trabalho, (2) 15 a 39 horas, (3) 40 a 44 horas, (4) 45 a 48 horas, e (5) 49 horas ou mais.

¹⁹ As classificações do IBGE para raça/cor são brancos, pretos, pardos, amarelos e indígenas. Nesta pesquisa, elas foram agregadas entre brancos (brancos e amarelos) e não brancos (pretos, pardos e indígenas).

Para calcular renda, inicialmente duas variáveis derivadas foram testadas: (V4719) para o rendimento de todos os trabalhos, e (V4720) para o rendimento de todas as fontes²⁰; optou-se, contudo, por utilizar as faixas de valores da renda familiar *per capita*²¹, variável usualmente utilizada em pesquisas sobre estratificação social.

Para os testes nos modelos foram criadas variáveis binárias (tem ou não tem renda) de renda familiar *per capita*, e utilizada (para os que têm renda) variáveis de acordo com as faixas de rendimento baseadas em valores do salário mínimo em 2015²², considerando o seu valor que era de R\$788,00.

Faixas de renda:

- Até meio salário mínimo;
- Acima de meio até 1 salário mínimo;
- Acima de 1 até 2 salários mínimos;
- Acima de 2 até 3 salários mínimos;
- Acima de 3 até 5 salários mínimos;
- Acima de 5 salários mínimos.

VARIÁVEIS PRIVADAS – CASAMENTO, FILHOS, TRABALHO DOMÉSTICO NÃO REMUNERADO

Além da variável sobre filhos, foram criadas variáveis que indicam outras particularidades não muito usualmente analisadas, que foram denominadas aqui de “características privadas” da juventude, tal como casamento (V4111) - considerando se vive em companhia de cônjuge ou companheiro(a), independente da natureza da união. Considerou-se entre elas também a participação nos trabalhos domésticos não remunerados

²⁰ Os dados considerados sobre renda (rendimentos de todos os trabalhos e rendimentos de todas as fontes) dizem respeito à faixa de renda individual do/a jovem, e não da renda per capita familiar ou domiciliar, como usualmente as pesquisas semelhantes e sobre estratificação costumam utilizar. Essa opção se deve à perspectiva investigativa, individual, do/a jovem – especialmente quando o foco se der nos determinantes privados –, pois, já se sabe que os/as jovens de origens socioeconômicas privilegiadas, bem como o nível superior de escolaridade dos pais, são determinantes para a transição deste ao Ensino Superior; por isso, busca-se analisar, aqui, o coeficiente da renda individual.

²¹ Foram realizados testes com as duas derivadas de rendimento individual, buscando as diferenças entre elas no impacto na vida dos/as jovens. O teste não muito usual com rendimentos de todas as fontes foi realizado, especialmente, por se tratar de uma amostra da juventude em que muitos/as têm sua renda oriunda de trabalhos informais, “bicos” e outras fontes que não a do trabalho principal ou formal. Contudo, optou-se por utilizar a renda familiar per capita porque, dessa forma, capta-se um pouco da questão da origem familiar (ao menos financeira/econômica) enquanto variável determinante para ingresso no Ensino Superior.

²² As faixas de valores foram baseadas nos recortes realizados anteriormente por Corbucci (2016).

(“cuida dos afazeres domésticos” – V9121), em que foi criada uma variável binária. Também foram agrupadas em faixas, as horas dedicadas a esse trabalho, a partir da V9921.

Faixas de horas dedicadas ao trabalho doméstico não remunerado:

- 0 horas (não se dedica aos afazeres domésticos);
- Menos de 1 hora semanal;
- De 1 a 5 horas semanais;
- De 6 a 10 horas semanais;
- De 11 a 15 horas semanais;
- De 16 a 20 horas semanais;
- De 21 a 30 horas semanais;
- Mais de 30 horas semanais;

O conjunto dessas variáveis que considera casamento e dedicação ao trabalho doméstico não remunerado, e também a parentalidade (ou fecundidade, como é normalmente conhecido esse fator quando relacionados exclusivamente às mulheres, como é na PNAD), foi denominado “privado” por se tratar de questões mais individualizadas da vida dos/as jovens, que permeiam o âmbito da vida familiar.

Em seguida à análise exploratória de frequências dos dados pertinentes à pesquisa (adiante) foram realizados, por meio da regressão logística binária, procedimentos para se observar os determinantes de ingresso (e suas probabilidades). A partir da observação do *logit* foram calculados os efeitos de cada variável (independente) sobre a probabilidade (odds ratio) de ingresso no ensino superior (variável dependente) nos casos em que o Ensino Médio fora concluído. Primeiro foram realizados os testes com a variável que *educ_ms*; em seguida com a variável *educ_freq*, que exclui os/as jovens que já concluíram o Ensino Superior.

Após a seleção da amostra, a preparação e apresentação dos dados de probabilidade de ingresso para jovens, foram calculadas em duas amostras distintas os determinantes que afetam os jovens homens e as jovens mulheres, separadamente.

É importante enfatizar que o primeiro grupo de determinantes diz respeito a informações sociais, normalmente observadas na literatura para o acesso ao Ensino Superior (Corbucci, 2016; Mont’Alvão, 2014), e estão relacionadas à faixa etária, ao trabalho (se na data de referência tinha ocupação ou não, e o número de horas trabalhadas), à região de

residência (referência do Sudeste), à renda (dividida em salários mínimos), e à raça/cor (brancos e não brancos)²³.

O segundo grupo de informações, “determinantes privados”, congrega questões de âmbito privado como casamento (se vive em companhia de cônjuge ou companheiro(a), em qualquer natureza de união), filhos (se tem ou não tem filhos), e trabalho não pago (relacionado ao trabalho doméstico, se o realiza e por quantas horas semanais).

Portanto, para a probabilidade de ingresso no Ensino Superior as informações são agrupadas em função desses dois determinantes, considerando, para o cálculo que considera “filhos” a condição na família de “Pessoa de Referência na Família” ou “Cônjuge da Pessoa de Referência na Família”. Em todos os modelos fora utilizada a variável de “Peso da Pessoa” [fw=V4729].

O modelo genérico é descrito no quadro ilustrativo abaixo:

Escola (Frequenta ou frequentou o Ensino Superior (1) ou Parou no Médio (2))

SEXO	
Determinantes Sociais	TRABALHO
	HORAS DE TRABALHO
	RENDAS DO TRABALHO
	REGIÃO
	RAÇA/COR
Determinantes Privados	CASAMENTO
	TRABALHO NÃO PAGO
	HORAS DE TRABALHO NÃO PAGO
	FILHOS

} Pessoa de referência na família ou cônjuge

A probabilidade é medida de acordo com essas variáveis; primeiro, utilizando as características sociais, depois, a inclusão das variáveis de características privadas. No quadro, portanto, foram analisadas as variáveis socioeconômicas para todos/as jovens e depois as variáveis do âmbito privado; em seguida calculados os modelos utilizando os dois grupos. Em ambos os modelos o sexo foi incluído posteriormente para seguir a análise sobre desigualdade entre homens e mulheres, tendo a mulher como variável exploratória. No

²³ A situação do domicílio (urbano / rural) também foi observada nos primeiros testes, mas não demonstrou nenhuma relevância para a análise proposta aqui. Por isso, a título de observação essa característica permaneceu nas observações dos dados de frequência, mas não foi utilizada no modelo de regressão logístico apresentado.

Capítulo 3 as análises foram feitas em amostras separadas para homens e mulheres, a fim de compreender como cada característica afeta cada um dos sexos.

As variáveis foram selecionadas de acordo com os conceitos bibliográficos usuais para se estudar desigualdade, especificamente, desigualdades no âmbito da educação. Nos modelos para determinantes públicos e privados, bem como para as amostras separadas de homens e mulheres, foi utilizada a equação usual para esse tipo de análise de probabilidade:

$$\text{Log} [\text{Pr}(y=1)\text{Pr}(y=0)] = B_0 + \beta_1 x_1 + \dots + \sum \beta_i x_i$$

Em que y significa frequentar ou ter frequentado (concluído ou não) o Ensino Superior, a variável resposta. As características, tanto sociais quanto privadas, como variáveis independentes, são representadas pelo x.

No Stata foram calculados os modelos de regressão logística a partir do comando “logistic”, e de probabilidade marginal por “margins”. Nos modelos que incluem as características de determinantes privados, cada uma delas foi calculada como fator (i).

Capítulo 1: Juventude e características sociais e privadas para ingresso no Ensino Superior no Brasil

Buscando compreender, primeiramente, a realidade dos/as jovens brasileiros/as e sua transição escolar para o Ensino Superior, mas também as diferenças entre os sexos, foi feita uma análise exploratória dos dados levando em consideração características socioeconômicas. As frequências foram analisadas para homens e mulheres na faixa etária selecionada (ou seja, jovens de 18 a 29 anos) e seus níveis escolares a partir do (i) Ensino Médio Completo (e que não frequenta mais a escola), e (ii) Ensino Superior Completo ou incompleto (concluiu, não concluiu ou ainda frequenta).

A começar pelo trabalho e renda, os dados de 2015 da PNAD mostram que mais da metade dos/as jovens trabalham (formal ou informalmente). O percentual de jovens homens que trabalha é maior que o das jovens mulheres (dentre os/as que afirmaram ter trabalhado na semana de referência da pesquisa). Entre as mulheres, a maioria do total das que têm entre 18 e 29 anos de idade não trabalha (51%). Os jovens homens também se dedicam por mais horas ao trabalho (no mercado formal ou informal e em todos os trabalhos, principal e secundário), em geral, do que as jovens mulheres²⁴.

Tabela 3 - Características dos/as Jovens - Trabalho, por sexo²⁵ – Em%

	Total	Homens			Mulheres		
		Total ²⁶	Médio Completo	Superior ²⁷	Total	Médio Completo	Superior
Trabalho							
Trabalha	59,4	70,6	76,5	66,9	48,3	52,7	59,5
Não trabalha	40,6	29,4	23,4	33,1	51,7	47,3	40,4
Horas de trabalho semanais²⁸							

²⁴ A média de horas trabalhadas pelas jovens mulheres (34) é um pouco menor que a dos jovens homens (36). Numa comparação entre 2006 e 2013, dados mostraram que essa diferença vem diminuindo (SILVA, E.; MACEDO, D; FIGUEIREDO, M., 2015).

²⁵ O percentual apontado para homens e mulheres é referente à amostra de cada uma das populações.

²⁶ Total por sexo, sem considerar níveis escolares.

²⁷ Nível Superior Completo ou Incompleto.

²⁸ Percentuais calculados com os que declararam trabalhar.

Até 14 horas	4,11	2,8	2,2	3,5	5,9	4,9	4,0
15 a 39 horas	19,87	15,8	12,4	23,2	25,6	21,0	29,0
40 a 44 horas	53,62	55,8	58,7	56,2	50,3	52,2	55,6
45 a 48 horas	13,53	14,9	16,1	8,7	11,4	14,9	6,1
Mais de 48 horas	8,88	10,4	10,4	8,2	6,5	6,8	5,1

Fonte: PNAD 2015/IBGE.

Para ambos os sexos, jovens com maiores percentuais nas faixas de mais horas de dedicação ao trabalho são os que concluíram o Ensino Médio e não deram continuidade aos estudos; isso pode indicar que as horas de trabalho são um determinante negativo para a transição ao Ensino Superior. Interligada à ocupação e dedicação a esta atividade, a Tabela 4 mostra que a concentração do percentual de faixa de rendimento é até dois salários mínimos mensais (R\$1.576,00), tanto para a renda do trabalho quanto para todas as fontes de rendimentos. As faixas com valores mais altos da renda oriunda do trabalho são maiores entre os/as que tiveram acesso ao Ensino Superior, tanto para homens quanto para mulheres; apesar de que esse percentual é maior para os homens, e mesmo os valores de rendimento de outras fontes é também maior entre eles²⁹.

Esse padrão também é observado para os/as jovens membros em famílias cujas rendas *per capita* são maiores. Para ambos os sexos, os percentuais de jovens que acessaram a educação superior são maiores nas faixas cuja renda familiar *per capita* está acima de 1 salário mínimo. E o contrário é também válido para os/as que pararam os estudos no Ensino Médio; os rendimentos em suas famílias estão abaixo de 1 salário mínimo *per capita*.

²⁹ Reitera-se que os rendimentos de todas as fontes foram observados por se tratar de uma amostra que compreende a juventude; e por não terem demonstrado grandes diferenças em relação ao rendimento oriundo do trabalho. Os modelos, entretanto, compreendem apenas rendimento familiar *per capita*. A título de observação, os valores dos rendimentos de todas as fontes e de origem do trabalho foram mantidos nessa análise de frequências.

Tabela 4 - Características dos/as Jovens - Rendimento do trabalho e de todas as fontes, por sexo – Em%

	Total	Homens			Mulheres		
	Total	Médio Completo	Superior	Total	Médio Completo	Superior	
Renda de todas as fontes							
Com renda	66,5	72,1	76,9	69,7	60,8	62,8	64,6
Sem renda	33,5	27,9	23,0	30,2	39,2	37,1	35,3
Valores de todas as fontes de renda³⁰							
Até ½ SM	13,6	6,1	3,2	2,0	22,5	19,2	4,5
Acima de ½ até 1 SM	10,7	10,3	6,8	6,0	11,1	9,8	8,7
Acima de 1 até 2 SM	42,8	46,1	52,6	35,5	38,8	47,1	41,0
Acima de 2 até 3 SM	10,0	12,2	14,0	18,6	7,3	5,0	15,9
Acima de 3 até 5 SM	5,0	6,1	5,3	15,2	3,8	1,3	10,6
Acima de 5 SM	2,8	3,4	1,6	12,5	2,1	0,3	6,5
Valores da Renda do trabalho³¹							
Até ½ SM	6,7	5,3	2,6	1,2	8,7	8,0	2,4
Acima de ½ até 1 SM	10,4	9,9	6,4	5,2	11,1	9,8	7,8
Acima de 1 até 2 SM	45,3	45,8	52,0	35,0	44,5	51,9	42,0
Acima de 2 até 3 SM	10,4	12,1	13,7	18,6	8,1	5,0	15,6
Acima de 3 até 5 SM	5,3	5,9	5,2	15,1	4,3	1,4	10,4
Acima de 5 SM	3,1	3,4	1,6	12,7	2,5	0,3	6,7
Valores da Renda familiar <i>per capita</i>							
Até ½ SM	27,5	25,8	20,8	4,0	29,9	28,4	5,7
Acima de ½ até 1 SM	28,9	29,46	32,1	11,6	28,4	33,9	15,7
Acima de 1 até 2 SM	24,9	26,70	32,0	30,1	23,2	25,7	31,5

³⁰ Percentuais calculados com os que declararam a renda de todas as fontes.

³¹ Percentuais calculados apenas com jovens que estavam trabalhando na semana de referência.

Acima de 2 até 3 SM	6,5	6,92	6,8	18,1	6,2	4,2	16,9
Acima de 3 até 5 SM	3,8	4,03	2,3	15,6	3,6	1,3	13,3
Acima de 5 SM	2,5	2,62	0,8	14,6	2,4	0,4	10,5

Fonte: PNAD 2015/IBGE.

As desigualdades entre homens e mulheres nas variáveis sobre trabalho e renda individual são amplamente estudadas, e na faixa etária da juventude o padrão é semelhante: homens têm maiores taxas de ocupação e maiores rendas. Entretanto, e segundo dados comparativos 2006-2013 (Corseuil e Franca, 2015), a desigualdade no trabalho vem diminuindo, com o aumento nas taxas de ocupação entre as jovens mulheres e a diminuição da participação dos jovens homens. Porém, a diferença no rendimento médio real do trabalho principal entre eles/as permanece estável; mesmo com a diminuição maior da informalidade entre as mulheres. Acesso a níveis escolares mais altos, e maiores taxas de ocupação parecem não garantir às jovens melhores rendimentos – ou, no mínimo, rendimentos igualitários.

Sobre a distribuição populacional e geográfica da juventude brasileira é possível visualizar, nos dados da tabela abaixo, que sua concentração se dá nos estados das regiões Nordeste e Sudeste. Apesar de concentrar o maior número de jovens em seu território, o Nordeste é uma das regiões, junto ao Norte, com as menores taxas de ingresso na educação superior, como apontaram os dados das consultas bibliográficas e os dados analisados da PNAD 2015, apresentados anteriormente na Tabela 1. Nas regiões Sul e Centro-oeste, tanto entre os homens quanto entre as mulheres o percentual dos que entraram na universidade é maior do que o daqueles/as que pararam os estudos na conclusão do Ensino Médio.

Tabela 5 - Características dos/as Jovens - Distribuição geográfica, raça/cor e situação do domicílio– Em %

	Total	Homens			Mulheres		
		Total	Médio Completo	Superior	Total	Médio Completo	Superior
Regiões							
Norte	17,2	17	16,3	14,8	17	16,2	14,1
Nordeste	29,4	29	27,7	21,4	30	31,4	22,9

Sudeste	28,3	29	32,3	32,0	28	31,1	30,5
Sul	14,3	14	14,3	17,4	14	12,1	17,8
Centro-Oeste	10,6	11	9,2	14,0	11	9,0	14,4
Raça/Cor							
Branços	39,4	38	38,4	56,6	40	37,9	56,0
Não brancos	60,6	62	61,5	43,3	60	62,0	43,9

Fonte: PNAD 2015/IBGE.

Sobre a influência da raça/cor dos/as jovens no alcance educacional, homens e mulheres brancos/as estão em vantagem em relação ao acesso no Ensino Superior. A grande parte daqueles/as que parou os estudos no Ensino Médio está concentrada na população não branca; enquanto que para os/as jovens brancos/as esse percentual é o oposto: grande parte dos que ingressaram no Ensino Superior é branca (entre homens e mulheres).

A seguir, serão analisados os dados brutos das características que foram consideradas aqui como determinantes privados, de jovens homens e mulheres, considerando também os dois níveis escolares.

É possível perceber, com os dados da Tabela 6, um pouco sobre essas “características privadas” dos/as jovens brasileiros/as; em que mais de 1/3 destes é casado/a e quase 27% têm filhos. Em geral, os dados que mais chamam atenção estão relacionados aos percentuais de jovens com essas características que pararam os estudos no Ensino Médio. Por isso, uma das hipóteses é de que questões da vida privada influenciam na vida escolar dos/as jovens; os “impedem” de fazer a transição do Ensino Médio para o Ensino Superior.

Tabela 6 - Características privadas dos/as jovens brasileiros/as, segundo nível de escolaridade (com peso populacional)

Caracterís- ticas Pri- vadas	Frequência		Ensino Médio Completo		Superior Incompleto		Superior Completo	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Brasil	37.707.794	18,0	17.002.798	45,0	722.799	1,9	3.198.177	8,4
Vivem em companhia do/a cônjuge ou companheiro/a								
Sim	13.928.967	36,9	7.097.422	50,9	262.952	1,8	1.071.517	7,6
Não	23.778.827	63,1	9.905.422	41,6	456.847	1,9	2.126.660	8,9
Trabalho doméstico não pago								
Sim	25.303.030	67,1	11.944.744	47,2	509.660	2,0	2.166.613	8,5
Não	12.404.764	32,9	5.058.054	40,7	213.139	1,7	1.031.564	8,3
Filhos³²								
Sim	10.052.514	26,7	5.111.539	50,8	171.227	1,7	2.711.221	26,9
Não	27.655.280	73,3	11.891.259	43,0	551.572	1,9	486.956	1,7

Fonte: PNAD 2015/IBGE.
Elaboração própria.

Sobre as desigualdades de ingresso entre os sexos, avalia-se cada característica selecionada em amostras separadas. A começar pela fecundidade, os dados da Tabela 7 mostram um percentual bem maior de mulheres consideradas “pessoa de referência da família” ou cônjuge que têm filho(s) (35,6%) em comparação aos jovens homens na mesma condição (18,4%). As jovens mulheres casadas também estão em maior número que os homens casados; bem como as que são casadas e têm filhos, nos dois níveis educacionais – Ensino Médio Completo e Superior completo ou incompleto.

³² Filhos(s) da Pessoa (jovem) de Referência ou do/a cônjuge.

Tabela 7 - Características dos/as Jovens - Casamento e Filhos – Em%

	Total	Homens			Mulheres		
		Total	Médio Completo	Superior	Total	Médio Completo	Superior
Vivem em companhia do/a cônjuge ou companheiro/a							
Sim	37,1	30,9	32,8	18,3	43,5	47,2	26,4
Não	62,8	69,1	67,1	81,6	56,5	52,8	73,5
Filho(s) (da pessoa de referência ou cônjuge)³³							
Sim	27,1	18,4	18,8	7,5	35,6	37,6	14,7
Não	72,9	81,6	81,1	92,4	64,4	62,4	85,2
Casado/a e tem filho(s)							
Sim	23,2	9,1	18,5	7,3	14,1	30,1	11,7
Não	76,8	90,9	81,4	92,6	85,2	69,8	88,3

Fonte: PNAD 2015/IBGE.

Outra característica importante diz respeito aos afazeres domésticos, especialmente o tempo dedicado a este trabalho não remunerado. Os dados da PNAD 2015 indicam que a maioria dos/as jovens declararam se dedicar aos cuidados do lar (68,1%), e grande parte o faz de 1 a 15 horas semanais (58,7% dos/as jovens que disseram o realizar). Mas também nesse caso, entre as mulheres o percentual é muito maior do que entre os homens (86,9% e 49,3%, respectivamente) na faixa etária considerada, como mostram os dados da Tabela 8.

Tabela 8 - Características dos/as Jovens - Trabalho doméstico não pago - Em %

	Total	Homens			Mulheres		
		Total	Médio Completo	Superior	Total	Médio Completo	Superior
Cuida dos afazeres domésticos							
Sim	68,08	49,3	50,9	51,0	86,9	90,1	78,3
Não	31,92	50,6	49,1	49,0	13,0	9,8	21,6

³³ Valor calculado com o total de todos/as os/as jovens, e de cada sexo.

Horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos							
1 a 5 horas	16,13	28,3	27,4	31,8	9,1	7,4	16,9
6 a 10 horas	26,69	38,5	38,2	37,7	19,9	18,9	28,9
11 a 15 horas	15,90	15,5	16,0	13,8	16,1	16,2	18,3
16 a 20 horas	12,28	6,5	6,9	5,1	15,5	16,5	13,3
21 a 30 horas	15,50	5,4	5,9	4,8	21,2	22,6	13,6
Mais de 30	11,47	1,3	1,3	1,1	17,2	17,8	7,2

Fonte: PNAD 2015/IBGE.

Mesmo tendo havido, entre 2006 e 2013 uma diminuição na média de horas³⁴ dedicadas aos cuidados domésticos (Silva, E. et al., 2015), entre as jovens mulheres também é muito maior o número de horas dedicadas ao trabalho doméstico não pago; a maioria ainda dedica mais de 16 horas semanais a esta atividade. Esses dados reafirmam que as mulheres ainda são as que mais se dedicam ao trabalho não remunerado (Brandeira e Preturlan, 2016); à família (casamento e filhos) e aos cuidados domésticos em geral (Abreu et al., 2016). Em geral, os/as jovens que ingressaram na universidade dedicam menos horas que os/as que pararam os estudos no Ensino Médio.

Observa-se, portanto, que o acesso ao Ensino Superior no Brasil está longe de ser universal, e se diferencia a partir de uma série de determinantes. Neste capítulo, foram analisados os dados brutos, em termos de porcentagens, dos determinantes socioeconômicos no acesso dos/as jovens a esse nível de ensino, e dos determinantes privados; em ambos os conjuntos de características foram detectadas diferenças entre jovens homens e mulheres.

A hipótese principal deste trabalho é, portanto, averiguar se essas características selecionadas, que em muitos casos são marcadamente distintas entre os sexos, afetam, em parte, essas diferenças no acesso ao Ensino Superior. Dentre elas, e para além das características socioeconômicas já amplamente estudadas, estão o casamento, as horas de trabalho doméstico e a parentalidade. Nos capítulos seguintes serão analisados, mais cuidadosamente, os impactos dessas características tanto no acesso a esse nível de ensino

³⁴ Em 2013 a média de horas dedicadas aos afazeres domésticos era de 16,3 horas semanais para jovens de 18 a 24 anos; e de 19,2 para jovens de 25 a 29 anos de idade.

quanto nas diferenças entre os sexos para ingresso na universidade, por meio dos modelos de regressão logística.

Capítulo 2: Determinantes sociais e privados para ingresso no Ensino Superior no Brasil

A partir da definição e análise desses dados, realizada no capítulo anterior, busca-se agora investigar quanto cada uma dessas características sociais afeta as chances de ingresso dos/as jovens brasileiros/as no Ensino Superior. Os dados da Tabela 9 apontam os resultados da regressão logística considerando a variável intitulada “educ_ms”; os resultados se assemelham com a bibliografia e os estudos anteriormente realizados sobre o tema: os que residem nas regiões Centro-oeste e Sul têm maiores chances de ingresso do que os/as que habitam nas outras regiões. Da mesma forma, os/as que são membros em famílias em que os rendimentos *per capita* são superiores têm muito mais chances do que aqueles/as que estão nas faixas de até 3 salários mínimos.

Tabela 9 - Razões de chance dos/as jovens para ingresso no Ensino Superior, segundo características socioeconômicas (com peso populacional)

	Modelo 1 Pseudo R2: 0,0727	Modelo 2 Pseudo R2: 0,0751
Características Sociais	Razão de chance (Erro padrão)	Razão de chance (Erro padrão)
Norte	1,06 (0,001)	1,06 (0,001)
Sul	1,15 (0,001)	1,15 (0,001)
Nordeste	0,89 (0,001)	0,88 (0,001)
Centro-Oeste	1,65 (0,002)	1,64 (0,002)
Branços/as	1,91 (0,001)	1,91 (0,001)
Renda familiar acima de 5 SM	13,74 (0,049)	13,94 (0,050)
Renda familiar acima de 3 SM até 5 SM	6,83 (0,015)	6,93 (0,015)
Trabalha	1,47 (0,002)	1,49 (0,002)
Trabalha de 15 a 39 horas	2,00 (0,002)	1,95 (0,002)

Mulher	1,24 (0,001)
--------	-----------------

Fonte: PNAD 2015/IBGE.

Obs.: Todos os coeficientes foram estatisticamente significativos ($P > |z| = 0,000$).

Além dos percentuais maiores – como demonstrado anteriormente - a chance de ingresso entre os/as brancos/as em 2015 também é maior (em 91%), confirmando os dados de 2010 (Corbucci, 2016; Vasconcelos, 2016). Contudo, e segundo Mont’Alvão (2014), que realizou testes longitudinais ampliados a quase três décadas, “apesar da estabilidade do efeito para pardos, tem havido diminuição do efeito para brancos e amarelos, ou seja, tem ocorrido redução das desigualdades para esta dimensão” (MONTALVAO, 2014, p. 428).

Em geral, reitera-se que ter altos rendimentos é o fator mais determinante para o ingresso no Ensino Superior de jovens brasileiros/as. Apesar de havido uma diminuição deste efeito entre os anos 1980 e 1990, recentemente os altos rendimentos mostraram ser o mais forte determinante para o acesso à universidade (Collares, 2013).

O trabalho, assim, é também uma característica determinante. Neste teste - que considera também os/as que já concluíram o Ensino Superior - os/as jovens de 18 a 29 anos que trabalham têm 47% a mais de chance de acesso à Universidade que os/as que não trabalham. Trabalhar menos de 40 horas semanais (ou de 15 a 39 horas) demonstrou ser um determinante que aumenta ainda mais essas chance.

Os dados da Tabela 9 também mostram que o sexo não altera de maneira significativa os efeitos dos determinantes quando se trata de características sociais, demonstrado pela inclusão de “mulher” no modelo 2. Ou seja, o sexo não afeta de forma considerável o efeito das outras variáveis, tendo as jovens mulheres maior probabilidade de ingressar no Ensino Superior, em mesmas condições sociais que os jovens homens. Lembrando que a probabilidade marginal indicou que para jovens mulheres a chance de ingresso é de 42%.

Outro teste realizado considerou na amostra apenas os/as jovens que frequentam ou frequentaram a universidade; ou seja, exclui da variável de interesse os/as que frequentaram e já concluíram o Ensino Superior. Para tanto, foi criada uma variável intitulada “educ_freq” que considera (0) os/as que concluíram o Ensino Médio e não deram continuidade aos estudos e (1) os/as que ingressaram no Ensino Superior, que ainda frequentam, e que frequentaram e não concluíram (superior incompleto). Sendo assim, desconsidera os/as jovens em que o nível mais alto de escolaridade seja a conclusão do Ensino Superior.

Esse novo modelo foi testado a fim de observar se, de alguma forma, os/as concluintes alteram os resultados do quanto cada característica, das selecionadas, afeta no acesso à educação superior.

Tabela 10 - Razões de chance dos/as jovens para ingresso no Ensino Superior excluindo os/as que já concluíram, segundo características socioeconômicas (com peso populacional)

	Modelo 3 Pseudo R2: 0,0727	Modelo 4 Pseudo R2: 0,0751
Características Sociais	Razão de chance (Erro padrão)	Razão de chance (Erro padrão)
Norte	1,11 (0,002)	1,11 (0,002)
Sul	1,21 (0,001)	1,21 (0,001)
Nordeste	0,94 (0,001)	0,93 (0,001)
Centro-Oeste	1,62 (0,003)	1,62 (0,003)
Branco/as	1,76 (0,001)	1,76 (0,001)
Renda familiar acima de 5 SM	8,48 (0,032)	8,53 (0,032)
Renda familiar acima de 3 SM até 5 SM	5,24 (0,013)	5,28 (0,013)
Trabalha	1,24 (0,001)	1,25 (0,001)
Trabalha de 15 a 39 horas	2,41 (0,003)	2,39 (0,003)
Mulher		1,07 (0,001)

Os resultados mostram que há uma diferença mais expressiva (na comparação entre a tabela 9 e 10) nas características de trabalho e renda. A chance de ingresso para os/as que têm renda familiar *per capita* acima de 3 salários mínimos diminui na comparação, mas o modelo 3 mostra que os/as que estão nessa situação têm ainda muito mais chances de ingresso que os/as que estão em condições abaixo dos 3 salários mínimos.

As maiores chances para quem trabalha permanecem, mesmo considerando jovens não concluintes da graduação; no entanto, suas vantagens diminuem de 47% (no modelo 1)

para 24% (no modelo 3). Seguindo a observação sobre trabalho, é interessante notar que as chances aumentam (no modelo 3) para quem trabalha menos de 40 horas semanais.

Para além das características socioeconômicas, buscou-se analisar se características da vida privada dos/as jovens afetam suas chances de transição educacional. Foram captadas informações sobre casamento, filhos e cuidado com os afazeres domésticos (trabalho não pago), considerados aqui como determinantes privados. Para isso, e juntamente aos determinantes sociais, calculou-se por meio da regressão logística e com a variável de interesse “educ_ms”, as chances para acessar a universidade quando se é casado/a, realiza trabalho doméstico (e por quantas horas) e se tem filho(s).

Tabela 11 - Razões de chance dos/as jovens para ingresso no Ensino Superior, segundo características socioeconômicas e privadas (com peso populacional)

Características	Modelo 5 Pseudo R2: 0,1125	Modelo 6 Pseudo R2: 0,1225
	Razão de chance (Erro padrão)	Razão de chance (Erro padrão)
Norte	1,16 (0,002)	1,19 (0,002)
Sul	1,22 (0,001)	1,24 (0,001)
Nordeste	0,92 (0,001)	0,92 (0,001)
Centro-Oeste	1,78 (0,003)	1,79 (0,003)
Branco/as	1,90 (0,001)	1,87 (0,001)
Renda familiar acima de 5 SM	12,68 (0,046)	12,79 (0,046)
Renda familiar acima de 3 SM até 5 SM	6,38 (0,014)	6,47 (0,015)
Trabalha	1,46 (0,002)	1,50 (0,002)
Trabalha de 15 a 39 horas	1,98 (0,002)	1,90 (0,002)
Casados/as	0,59 (0,0007)	0,58 (0,0007)
Trabalho não pago (de 21 a 30 horas)	0,75 (0,001)	0,61 (0,001)

Trabalho não pago (de 16 a 20 horas)	0,83 (0,001)	0,68 (0,001)
Trabalho não pago (de 11 a 15 horas)	1,01 (0,001)	0,88 (0,001)
Trabalho não pago (de 6 a 10 horas)	1,06 (0,001)	0,98 (0,001)
Tem filho(s)	0,57 (0,0007)	0,52 (0,0003)
Mulher		1,62 (0,001)

Fonte: PNAD 2015/IBGE.

Obs.: Todos os coeficientes foram estatisticamente significativos ($P > |z| = 0,000$).

Os resultados, indicados na tabela 11 e no Modelo 5, mostram que, em termos de efeitos líquidos, o que mais afeta negativamente a chance de ingresso dos/as jovens no Ensino Superior é a parentalidade; ser pai ou mãe reduz as chances dos jovens que têm filhos em -43% se comparados com aqueles/as com as mesmas características mas que não têm filhos. Em seguida, as características com maior relação negativa são o casamento (-41%) e muitas horas semanais (mais de 21 horas) de dedicação ao trabalho não pago (-25%).

A única característica, dentre as selecionadas dos determinantes privados, que demonstra uma chance positiva (ainda que pequena) de ingresso no Ensino Superior é a dedicação por menos de 10 horas semanais ao trabalho doméstico, ou seja, em comparação ao não trabalho, algum trabalho doméstico se mostra positivo, enquanto mais horas de trabalho doméstico se mostram prejudiciais.

A comparação entre o modelo 5 (que considera ambos os sexos) e o modelo 6 (que inclui a mulher) mostra que a dedicação ao trabalho não pago, e em todas as faixas de horas, diminui ainda mais as chances de ingresso enquanto mulher. Ainda assim, ser mulher é um determinante positivo para ingresso na universidade (62%), mesmo sob todas as características analisadas.

Assim como realizado anteriormente com as variáveis socioeconômicas, fora testado um novo modelo também com as características privadas selecionadas, utilizando a variável “educ_freq” - que considera somente os que ingressaram no Ensino Superior e não o concluíram.

Tabela 12 - Razões de chance dos/as jovens para ingresso no Ensino Superior excluindo os/as que já concluíram, segundo características socioeconômicas e privadas (com peso populacional)

	Modelo 7 Pseudo R2: 0,1125	Modelo 8 Pseudo R2: 0,1225
Características	Razão de chance (Erro padrão)	Razão de chance (Erro padrão)
Norte	1,24 (0,002)	1,27 (0,002)
Sul	1,31 (0,002)	1,32 (0,002)
Nordeste	0,98 (0,001)	0,98 (0,001)
Centro-Oeste	1,77 (0,003)	1,77 (0,003)
Branços/as	1,74 (0,001)	1,72 (0,001)
Renda familiar acima de 5 SM	7,44 (0,029)	7,55 (0,030)
Renda familiar acima de 3 SM até 5 SM	4,64 (0,011)	4,74 (0,012)
Trabalha	1,23 (0,001)	1,26 (0,002)
Trabalha de 15 a 39 horas	2,37 (0,003)	2,28 (0,003)
Casados/as	0,46 (0,0007)	0,45 (0,0006)
Trabalho não pago (de 21 a 30 horas)	0,67 (0,001)	0,57 (0,001)
Trabalho não pago (de 16 a 20 horas)	0,75 (0,001)	0,64 (0,001)
Trabalho não pago (de 11 a 15 horas)	0,96 (0,001)	0,85 (0,001)
Trabalho não pago (de 6 a 10 horas)	1,03 (0,001)	0,96 (0,001)
Tem filho(s)	0,52 (0,0009)	0,48 (0,0009)
Mulher		1,50 (0,001)

Fonte: PNAD 2015/IBGE.

Obs.: Todos os coeficientes foram estatisticamente significativos ($P > |z| = 0,000$).

O modelo 7, que exclui os formados, mostra que o casamento é um pouco mais prejudicial às chances de ingresso do que a parentalidade. Em características sociais semelhantes, os/as que são casados/as têm -54% de chance do que os/as que não são casados/as. Os filhos diminuem as chances em -48%, em comparação com os/as jovens que não têm filhos. Isso pode demonstrar que, quando incluindo os/as que já se formaram - que, provavelmente, estão em idade da juventude mais avançada - a probabilidade de estarem casados/as é maior; mas o mesmo não se aplica, necessariamente, à condição parental.

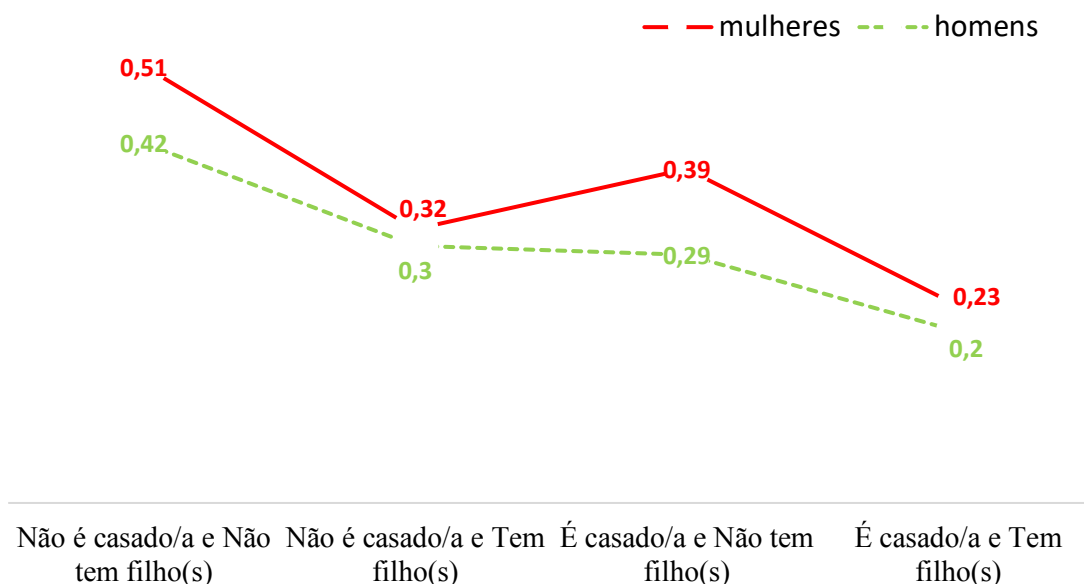
A dedicação ao trabalho doméstico não remunerado é também um determinante negativo; para jovens, na amostra do modelo que não concluíram a educação superior, as chances diminuem ainda mais nas faixas de maior dedicação a esse trabalho, se comparadas às chances do modelo 5, que inclui formados.

Na comparação entre o modelo 7 e 8, é possível perceber que o fator “mulher” é ainda positivo nas chances de ingresso, considerando todas as características sociais e privadas semelhantes. No entanto, diminuem de 62% (do modelo 6 que considera formados) para 50% quando se exclui na comparação os/as que concluíram o Ensino Superior.

Em geral, considerando os modelos 5 e 7, a parentalidade e o matrimônio parecem ser as características, dentre as sociais e privadas, que mais afetam a vida escolar dos/as jovens³⁵. A partir dessa informação, fora testada a probabilidade marginal da interação dessas duas características, incluindo uma interação também entre os sexos. O Gráfico 1 mostra que, nos quatro arranjos - (i) não ser casado/a e não ter filho(s), (ii) não ser casado/a e ter filho(s), (iii) ser casado/a e não ter filho(s), (iv) ser casado/a e ter filho(s) – as jovens mulheres ainda estão em vantagem em relação aos jovens homens. Não apenas isso, mas as diferenças entre impacto dos diversos fatores privados no acesso parecem ser relativamente e negativamente as mesmas para homens e para mulheres.

³⁵ Afora a residência na região Norte do país, que em relação ao Sudeste é muito negativa

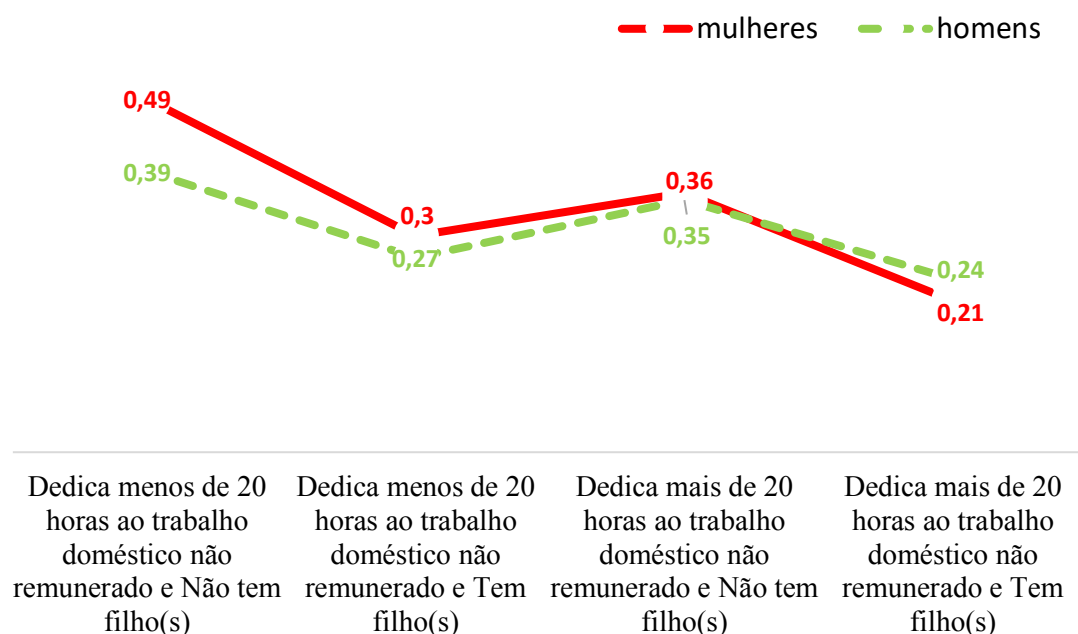
Gráfico 1 - Probabilidade marginal para ingresso no Ensino Superior para homens e mulheres, segundo casamento e parentalidade (com peso populacional)



Fonte: PNAD 2015/IBGE.

Após perceber que os jovens homens casados e que têm filhos têm probabilidades um pouco menores que as mulheres na mesma situação, calculou-se a interação da variável mais determinante (filho(s)) e a terceira (depois do casamento): o trabalho doméstico não remunerado. Portanto, a dedicação ao trabalho doméstico fora explorada e relacionada à paternidade e maternidade; para tanto, a variável de dedicação de mais de 20 horas semanais ao trabalho doméstico interage com a parentalidade na probabilidade marginal de ingresso no Ensino Superior.

Gráfico 2 - Probabilidade marginal para ingresso no Ensino Superior para homens e mulheres, segundo horas de trabalho doméstico não remunerado e parentalidade (com peso populacional)



Fonte: PNAD 2015/IBGE.

O gráfico 2 mostra que 50% das jovens mulheres que não têm filho(s) e se dedicam menos de 20 horas ao trabalho doméstico não pago ingressam no Ensino Superior, enquanto os jovens homens na mesma condição têm um percentual de ingresso de 39%. Não ter filho(s) aumenta esse percentual para ambos os sexos, mesmo se o tempo dedicado aos afazeres domésticos é maior.

O cenário em que as jovens mulheres estão em ligeira desvantagem em relação aos jovens homens inclui a maternidade e a dedicação ao trabalho doméstico por mais de 20 horas semanais; nesse caso as jovens mulheres têm 21% de chance de ingresso no Ensino Superior, enquanto os homens têm 24%. Isso indica que a dedicação ao trabalho doméstico é um determinante que diminui as chances das mulheres na transição escolar, dado que ter filho(s) e se dedicar menos de 20 horas a esse trabalho aponta para um percentual de 30%. Porém, indica também que esses fatores pesam muito para os jovens homens também; os que possuem filhos e dedicam muitas horas ao trabalho doméstico também possuem percentuais de entrada no Ensino Superior inferiores aos homens sem uma ou as duas

características. De toda forma, são poucos os homens jovens na amostra que apresentam essas características. Assim, o fato de trabalhar fora em período integral parece pesar muito mais como determinante do acesso do que os fatores privados – e essa característica predomina mais na população masculina da amostra – pois a vantagem feminina permanece ou se reduz muito pouco quando estas são comparadas com homens com as mesmas atribuições na esfera privada, enquanto a desvantagem masculina praticamente desaparece para aqueles que não trabalham fora mais de 40 horas.

As características exploradas demonstraram que os determinantes privados atuam negativamente tanto para jovens homens quanto para jovens mulheres. O capítulo 3, portanto, será dedicado a explorar cada uma dessas características considerando amostras separadas, a fim de detalhar o quanto cada uma delas afeta as chances de ingresso no Ensino Superior para jovens homens e para jovens mulheres. Essa análise visa explorar a desigualdade de acesso entre os sexos com mais detalhes.

Capítulo 3: Determinantes para jovens homens e mulheres no ingresso ao Ensino Superior

Neste capítulo serão analisadas, portanto, as mesmas características socioeconômicas e privadas, e o quanto cada uma delas afeta os homens e as mulheres. Assim como feito anteriormente, foram calculadas as chances de ingresso no Ensino Superior a partir da variável binária “educ_ms” e, depois, a partir da variável “educ_freq” (excluindo os/as que já concluíram o Ensino Superior).

A tabela 11 mostra as razões de chance de acesso ao Ensino Superior para homens e mulheres, calculadas nas amostras separadas e incluindo os/as que concluíram a graduação; mostra a probabilidade para jovens homens, entre jovens homens, e as razões de chances para jovens mulheres em comparação à outras jovens mulheres. O objetivo é compreender o quanto cada uma dessas características selecionadas afeta os sexos separadamente de maneira mais clara do que analisando apenas as interações, como feito nos modelos anteriores.

Tabela 13 - Razões de chance para jovens homens e jovens mulheres para ingresso no Ensino Superior, segundo características socioeconômicas e privadas (com peso populacional)

	Modelo Homens 1 Pseudo R2: 0,1075	Modelo Mulheres 1 Pseudo R2: 0,1323
Características	Razão de chance (Erro padrão)	Razão de chance (Erro padrão)
Norte	1,13 (0,003)	1,25 (0,003)
Sul	1,06 (0,002)	1,43 (0,002)
Nordeste	0,90 (0,001)	0,93 (0,001)
Centro-Oeste	1,66 (0,004)	1,92 (0,004)
Branco/as	1,98 (0,002)	1,78 (0,002)
Renda familiar acima de 5 SM	12,28 (0,057)	14,15 (0,082)
Renda familiar acima de 3 SM até 5 SM	6,27	6,98

	(0,019)	(0,025)
Trabalha	0,59 (0,0009)	1,67 (0,003)
Trabalha de 15 a 39 horas	2,00 (0,004)	1,70 (0,003)
Casados/as	0,62 (0,001)	0,54 (0,0008)
Trabalho não pago (de 21 a 30 horas)	0,86 (0,003)	0,58 (0,001)
Trabalho não pago (de 16 a 20 horas)	0,74 (0,003)	0,65 (0,001)
Trabalho não pago (de 11 a 15 horas)	0,89 (0,002)	0,83 (0,001)
Trabalho não pago (de 6 a 10 horas)	0,97 (0,001)	0,92 (0,001)
Tem filho(s)	0,70 (0,002)	0,48 (0,0008)

Fonte: PNAD 2015/IBGE.

Obs.: Todos os coeficientes foram estatisticamente significativos ($P > |z| = 0,000$).

Dos resultados, é possível observar que algumas características sociais afetam as chances de ingresso dos homens e das mulheres de forma diferente. Percebe-se que a alta renda familiar *per capita* (acima de 5 salários mínimos) aumenta mais as chances de ingresso entre as mulheres do que entre os homens; e o que mais chama atenção é o quanto o fator trabalho é um aspecto determinante de maneiras opostas para os/as jovens. Em mesmas condições, o trabalho é uma característica que afeta negativamente os homens; é a característica de maior impacto negativo em relação ao ingresso no Ensino Superior, considerando sua amostra. Enquanto para as mulheres, e mesmo atrelado às outras condições socioeconômicas e privadas, o trabalho as afeta positivamente.

As mulheres que trabalham têm 67% a mais de chance de ingressar³⁶ no Ensino Superior do que mulheres que não trabalham, nas mesmas outras condições. Para os jovens homens essa correlação é inversa: as chances de quem não trabalha ter níveis educacionais mais altos é maior em 59% comparados com os homens que trabalham. Em suma, das características analisadas e comparadas, trabalho em tempo integral é um determinante que explicaria fortemente a desigualdade entre os sexos: o porque de os percentuais de jovens

³⁶ Ou mesmo estar na universidade ou tê-la concluído.

homens serem menores que de jovens mulheres no Ensino Superior, dado que o número de homens no mercado de trabalho é maior entre eles, e muito maior que o das mulheres.

Dessa observação traz-se à tona o fato de que 76,5% dos jovens homens que pararam os estudos no Ensino Médio trabalham, como foi demonstrado na Tabela 3. Essa realidade está ligada ao que já se investigou: “indivíduos que começaram a trabalhar durante a educação básica têm menores chances de completar a transição para a educação superior, independentemente da origem socioeconômica” (MONTALVAO, 2014). Os dados analisados aqui demonstraram que essa é uma realidade para os jovens homens, mas não se aplica, necessariamente, às mulheres.

Esse resultado não pode ser automaticamente interpretado como algo positivo às jovens mulheres³⁷. O efeito do trabalho, positivo para elas, pode ser entendido com uma consequência de que, em geral, os homens começam a trabalhar em idade mais baixas, quando ainda estão no Ensino Médio, e por mais horas (como também é mostrado nos percentuais da Tabela 3)³⁸.

Trabalhar menos de 40 horas semanais (ou na faixa de 15 a 39 horas) é um fator positivo para ambos os sexos, mas para os jovens homens é ainda mais determinante. Isso pode indicar que o trabalho de meio período os prejudique menos sua formação escolar; e, inversamente, que trabalhar por muitas horas, em período integral, prejudique muito os estudos.

Afora os determinantes socioeconômicos, os dados da Tabela 13 demonstram que todas as características privadas selecionadas são mais negativas entre as mulheres que entre os homens. Para as jovens mulheres casadas as chances de ingresso no Ensino Superior são menores em 46%, em relação às mulheres que não vivem em companhia de cônjuge ou companheiro/a e em todas as outras condições selecionadas. Entre os homens, o fator casamento diminui suas chances em 38%, em relação aos que não são casados.

Como já se sabia, ter filhos é um determinante negativo para ambos os sexos, mas demonstrou ser negativamente maior para as mulheres: -52% em relação às que não têm

³⁷Especialmente porque as mulheres ingressam com maior frequência em cursos de graduação em que a concorrência para ingresso é menor, cujo turno é noturno e a demanda de dedicação de tempo é menor, e, reitera-se, de menor prestígio no mercado de trabalho (Galvão, 2015). Essas condições podem facilitar a entrada das jovens mulheres, que conciliam o trabalho durante o curso do Ensino Médio, a ingressarem na universidade.

³⁸Essa realidade também será retomada mais a frente (na Tabela 15) com a demonstração dos dados para os/as que estudam e trabalham, em que os jovens homens detêm maior percentual dessa conciliação quando estão no Ensino Médio.

filhos e estão em todas as outras situações comparadas. A maternidade mostrou ser o determinante que mais afeta na transição das jovens mulheres do Ensino Médio para o Ensino Superior. Para os homens, a paternidade os afeta em -30% em suas chances de ingresso no Ensino Superior. De toda forma, observa-se que os determinantes privados também afetam os homens em intensidades e proporções significativas.

Outro ponto importante a se destacar, na comparação dos determinantes de acesso à educação superior para homens e mulheres e seus determinantes, está relacionado às horas dedicadas ao trabalho doméstico não pago. Como já se investigou (Melo, 2016) as mulheres no Brasil se dedicam (e sempre se dedicaram) muito mais aos afazeres domésticos, o que acarreta consequências negativas em diversos aspectos de suas vidas; dentre esses afazeres considera-se o cuidado com o(s) filho(s). Nesta análise, demonstrou-se que: dedicar-se menos horas a este trabalho diminui a negatividade de suas chances de ingresso no Ensino Superior. Para os homens, no mesmo sentido, há também uma melhora, mas não tão considerável quanto é para as mulheres.

Afim de verificar, mais uma vez, a veracidade dos dados analisados e as interpretações na comparação entre jovens homens e mulheres realizadas até aqui, calculou-se, mais uma vez e com as mesmas variáveis, as razões de chance excluindo os que ingressaram no Ensino Superior e já finalizaram.

Tabela 14 - Razões de chance para jovens homens e jovens mulheres para ingresso no Ensino Superior excluindo os/as que concluíram, segundo características socioeconômicas e privadas (com peso populacional)

	Modelo Homens 2 Pseudo R ² : 0,1075	Modelo Mulheres 2 Pseudo R ² : 0,1323
Características	Razão de chance (Erro padrão)	Razão de chance (Erro padrão)
Norte	1,23 (0,003)	1,32 (0,003)
Sul	1,14 (0,002)	1,53 (0,003)
Nordeste	0,95 (0,001)	0,99 (0,001)
Centro-Oeste	1,55 (0,004)	1,99 (0,005)
Branco/as	1,86 (0,003)	1,60 (0,002)
Renda familiar acima de 5 SM	6,77	9,11

	(0,035)	(0,0576105)
Renda familiar acima de 3 SM até 5 SM	4,81 (0,016)	4,89 (0,019)
Trabalha	0,43 (0,0007)	1,39 (0,002)
Trabalha de 15 a 39 horas	2,35 (0,005)	2,05 (0,004)
Casados/as	0,49 (0,001)	0,42 (0,0008)
Trabalho não pago (de 21 a 30 horas)	0,73 (0,003)	0,55 (0,001)
Trabalho não pago (de 16 a 20 horas)	0,75 (0,003)	0,61 (0,001)
Trabalho não pago (de 11 a 15 horas)	0,80 (0,002)	0,84 (0,001)
Trabalho não pago (de 6 a 10 horas)	0,96 (0,001)	0,91 (0,001)
Tem filho(s)	0,70 (0,002)	0,44 (0,0009)

Fonte: PNAD 2015/IBGE.

Obs.: Todos os coeficientes foram estatisticamente significativos ($P > |z| = 0,000$).

Os resultados mostram que no cenário em que não estão incluídos os/as que já terminaram os estudos na educação superior, o trabalho é uma característica que diminui as chances de ingresso. No caso dos jovens homens essa negatividade aumenta, passa de -41% (Modelo Homens 1) para -57% no modelo que exclui os graduados. Para as jovens mulheres o trabalho permanece como uma característica positiva, mas sua positividade cai para 39% (ao invés de 67%).

Nesse novo cenário, a situação para os/as que estão casados/as também piora nas chances de ingresso ao Ensino Superior; ou seja, a negatividade, tanto para homens (-51%) quanto para mulheres (-58%) se agrava, se comparado com o teste anterior que incluía formados. A questão da parentalidade, no entanto, permanece a mesma para os homens (-30%) e para as mulheres para a ser -56%, uma negatividade (-2) maior do que o demonstrado na tabela 13.

Dedicar-se mais de 21 horas semanais ao trabalho doméstico não remunerado diminui as chances das mulheres em -45% se comparadas àquelas que dedicam menos ou nenhuma hora a essa atividade. Essa negatividade diminui para -9% quando as mulheres se

dedicam de 6 a 10 horas semanais aos afazeres domésticos, também se comparadas às mulheres que dedicam menos de 6 horas ou nenhuma hora por semana a esta atividade. Para os homens, essa diferença não é tão significativa. Enquanto para eles o trabalho pago (do mercado, formal ou informal) é um forte determinante, para as jovens mulheres, o trabalho doméstico não pago parece ter mais efeitos negativos em suas chances de ingresso no Ensino Superior. Esse fato se dá, também, porque mais homens estão inseridos no mercado de trabalho, como demonstraram os dados de frequência. Paralelamente, um maior percentual de mulheres se dedica aos afazeres domésticos.

Pode-se afirmar, de maneira geral, a partir dos dados analisados, que o trabalho é o fator mais determinante na vida educacional dos/as jovens e o que explicaria a desigualdade de acesso entre eles/as. Soma-se a esse aspecto a parentalidade, que afeta negativamente ambos os sexos, mas ainda mais as mulheres. Dito isso, o próximo e último capítulo será dedicado à discussão dos resultados à luz do debate teórico, baseado em pesquisas já realizadas, sobre os dois tipos de trabalho³⁹ e suas questões relacionadas aos papéis de gênero atribuídos aos homens e às mulheres.

³⁹ No trabalho não pago – ou dedicação aos afazeres domésticos – é considerado o trabalho realizado no âmbito do lar, o que inclui o cuidado com o(s) filho(s).

Capítulo 4: Desigualdades de gênero: os trabalhos e a conciliação das atividades

Diversas pesquisas e teorias buscam compreender, sob diferentes perspectivas, as desigualdades entre homens e mulheres na sociedade contemporânea. Em suma, baseadas nos conceitos associados às desigualdades de gênero, referentes “às categorias masculino e feminino, que também normatiza as relações sociais” (SAFFIOTI, 2003, p. 55). É através da normatização, das características sociais reunidas e transversalizadas atribuídas aos papéis de gênero, que se reproduz mais desigualdade e em diferentes campos (Lauretis, 1987),

Apesar do foco particular, neste trabalho, na desigualdade entre homens e mulheres, não se afirma aqui que esta desigualdade vem em primeiro lugar em relação às demais; mas que nesta permeiam outras diversas, e a partir desta também – tal como foi expresso nos determinantes sociais e privados para ingresso no Ensino Superior, que entre os homens, características específicas os afetam de forma diferente das que atingem as mulheres. E apesar de não ser esta uma pesquisa focada estritamente nos assuntos sobre desigualdades de gênero, e sim sobre dados quantitativos binários (homem/mulher) e probabilidades, acredita-se ser fundamental considerar os conceitos relacionados às desigualdades de gêneros e seus desdobramentos na análise sobre a educação dos/as jovens brasileiros/as.

Os dados trazidos de outras pesquisas, juntamente aos dados apresentados aqui, apontaram a desigualdade de acesso ao Ensino Superior entre jovens homens e mulheres no Brasil. Eles também mostraram que características socioeconômicas e da vida privada incutem na vida de cada um dos grupos de maneira diferente. Sendo assim, é preciso discutir os diversos aspectos que permeiam as desigualdades entre homens e mulheres e que interferem na desigualdade aqui tratada de acesso à universidade; para tanto, discute-se os papéis de gêneros.

Acredita-se que a construção dos papéis dos gêneros é um determinante para a existência das desigualdades que atingem homens e mulheres, especialmente porque foram construídos, estabelecidos e são reproduzidos sob papéis divididos; e atingem negativamente ambos os lados. Observou-se que o trabalho remunerado é o fator que mais atinge negativamente as chances dos jovens homens no ingresso ao Ensino Superior; atrela-se a isso o fato de que a dedicação ao trabalho pago (fora do ambiente doméstico), característica social importante, foi conferido, histórica e culturalmente, como responsabilidade dos

homens como sustento, e provisão, de toda a família. Enquanto, nessa mesma cultura, às mulheres foram atribuídos os trabalhos domesticados, considerados

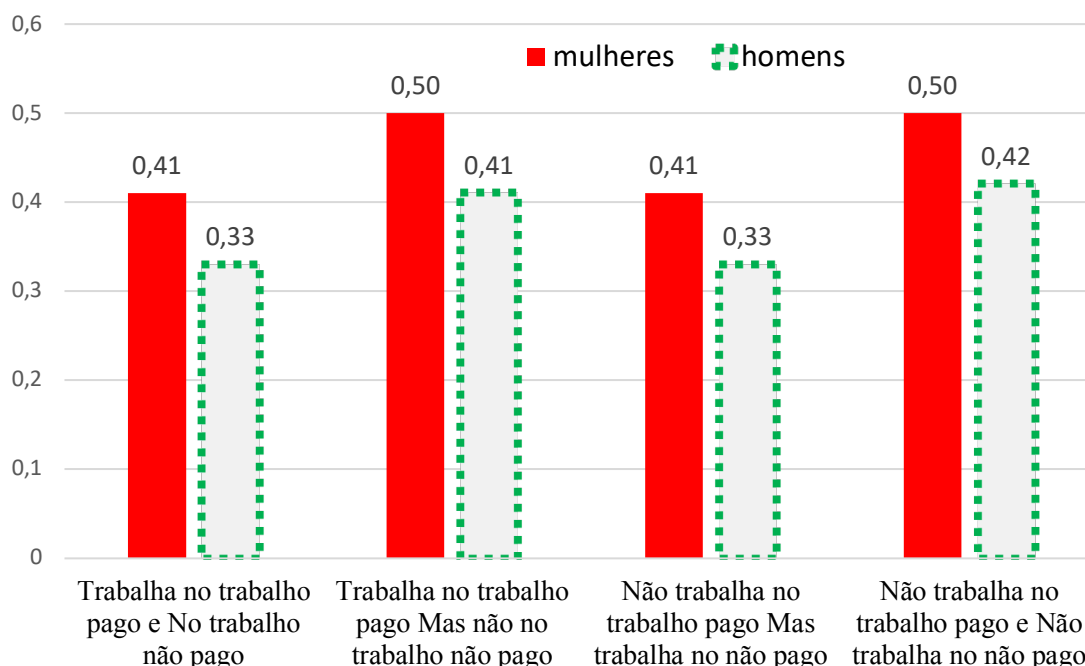
um conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado de pessoas e que são executadas no contexto da família – domicílio conjugal e parentela – envolve o trabalho gratuito realizado essencialmente por mulheres (HIRATA, 2009, p.257).

Sob a ótica da divisão sexual do trabalho, os dois tipos - remunerado e doméstico não pago - mostraram ser determinantes para o acesso à universidade. O trabalho doméstico não pago – especialmente se dedicado por mais horas – mostrou ser negativo para ambos os sexos, mas muito mais negativo para as mulheres; e isso, considerando que os percentuais de mulheres que se dedicam aos cuidados do lar são muito maiores que dos jovens homens. Antagonicamente, dedicar-se menos a esse trabalho - não remunerado, pouco reconhecido socialmente – aumenta as chances de ingresso.

“(...) a responsabilidade última pela casa e pelos filhos é imputada ao elemento feminino. Torna-se, pois, clara a atribuição, por parte da sociedade, do espaço doméstico à mulher. (...) por maiores que sejam as diferenças de renda encontradas no seio do contingente feminino, permanece esta identidade básica entre todas as mulheres.” (SAFFIOTI, 1987, p.9)

Sendo elas as que mais se dedicam aos afazeres domésticos, este trabalho tem, em suas vidas, influências mais significativas (como demonstraram os dados do Gráfico 2), que se desdobram também em outros aspectos. De forma semelhante, a dedicação em maiores números e horas ao trabalho remunerado implica diversas consequências na vida escolar dos jovens homens. O gráfico 3 mostra a probabilidade marginal para ingresso no Ensino Superior de jovens homens e mulheres, a partir do trabalho remunerado e do trabalho não pago, considerando aqueles/as que afirmaram estar trabalhando na semana de referência da PNAD em 2015 e se dedicarem aos afazeres domésticos (sem considerar as horas dedicadas a esses trabalhos).

Gráfico 3 - Probabilidade marginal para ingresso no Ensino Superior para homens e mulheres, segundo trabalho remunerado e trabalho doméstico não remunerado (com peso populacional)



Fonte: PNAD 2015/IBGE.

Os dados mostram que em todos os arranjos as chances são maiores para as jovens mulheres; e como já se sabe o fator “mulher” aumenta as chances de ingresso para jovens. Para as que se dedicam aos dois trabalhos o percentual é de 41%, enquanto para os jovens homens na mesma situação é de 33%. Para o percentual de acesso é de 50% nos dois arranjos em que “trabalha no trabalho pago, mas não no trabalho não pago” e “não trabalha no trabalho pago e não trabalha no trabalho não pago”; isso demonstra que não se dedicar ao trabalho doméstico aumenta os percentuais das jovens mulheres no acesso à educação superior e de jovens homens. O trabalho doméstico parece pesar mais do que o trabalho pago para ambos os sexos.

Para os jovens homens não se dedicar a algum dos trabalhos aumenta sua probabilidade marginal de ingresso no Ensino Superior. Seus percentuais são de 42% se não se dedicarem ao trabalho remunerado e também se não se dedicarem ao trabalho não pago. Ainda assim, é preciso lembrar que seu percentual de participação no mercado de trabalho é muito maior que o das mulheres (70,6% e 48,3% respectivamente). E, inversamente, o

percentual de homens que se dedicam ao trabalho não pago (49,3%) é muito inferior ao das mulheres (86,9%).

A correlação da divisão sexual do trabalho e acesso à Educação Superior deve ser analisada com atenção, especialmente sob a ótica positiva em relação às taxas de ingresso das mulheres. Deve-se levar em consideração a contrapartida de que o trabalho remunerado, e em especial com remunerações maiores, é social e culturalmente considerado superior em relação ao trabalho doméstico não pago (Bandeira e Preturlan, 2016). Além disso, inserção no mercado de trabalho, carreira profissional e altos rendimentos são predicados sociais, ainda, e no Brasil, mais estimados do que a formação educacional, mesmo em relação aos/às jovens.

Portanto, o trabalho – além do casamento e da parentalidade - prejudica jovens homens e mulheres no seu acesso à universidade; ainda que cada trabalho os afete de maneira diferente, especialmente considerando os percentuais de dedicação de cada um dos sexos nos diferentes níveis escolares. Mas é também perceptível que dedicar-se menos a cada um dos trabalhos – seja o trabalho remunerado praticado em meio período, e o trabalho não pago dedicado por menos horas semanais – aumenta as chances dos/as jovens brasileiros/as de transição do Ensino Médio para o Ensino Superior.

Pode-se afirmar que há, ainda, na divisão sexual do trabalho, uma lógica normatizada dos papéis de gênero; entretanto, as desigualdades entre jovens homens e mulheres no mercado de trabalho vêm diminuindo. Segundo Corseuil e Franca (2015), na análise que compara os dados de 2006 e 2013, isso se deve à diminuição da participação e ocupação dos jovens homens e ao pequeno crescimento das taxas de ocupação das jovens mulheres.

No âmbito da educação, ao contrário, essa desigualdade se acentuou porque as mulheres se beneficiaram mais da expansão do Ensino Superior (Prates e Collares, 2014), e as taxas para os jovens homens ficaram estagnadas. O crescimento de ingressos na universidade, também na comparação entre 2006 e 2013, foi maior entre as jovens mulheres do que entre os jovens homens (Costa, 2015), mesmo que para ambos os percentuais de conclusão do Ensino Médio tenham melhorado.

Essas afirmações sobre trabalho e ingresso no Ensino Superior podem indicar que as jovens mulheres passaram a se dedicar mais - além do trabalho ao seu papel de gênero designado (o trabalho doméstico não pago) - às atividades escolares e também ao trabalho remunerado, fora de casa. Sobre isso, Bandeira e Preturlan (2016) explicam que

(...) o ingresso das mulheres no mercado formal de trabalho passa a impor uma nova demanda de gestão do tempo dedicado às atividades domésticas, um ritmo mais acelerado em relação ao tempo de deslocamentos e/ou transportes, de realização da diversidade das tarefas. (BANDEIRA E PRETURLAN, 2016, p.50).

Dados divulgados pela OIT/IPEA (2015) apontam que muitos jovens conciliam trabalho e estudos. Em 2013, 16,6% dos/as jovens da faixa de 18 a 24 anos trabalhavam em período integral e estudavam. Para os/as jovens de 25 a 29 anos de idade esse percentual era de 8,3%. No recorte entre os sexos, os dados da PNAD 2013 mostram que há maior percentual de jovens mulheres que conciliam estudo e trabalho, tanto as que trabalham meio período, tanto as que trabalham em período integral (Silva, E. et al., 2015).

Essa realidade pode ser analisada também por meio dos estudos sobre os usos do tempo. Atualmente, versa-se bastante sobre esses estudos, e diversos recortes, análises e arranjos comparativos são realizados a fim de compreender muitas desigualdades, dentre elas as relacionadas aos papéis socialmente construídos dos gêneros (Soares e Saboia, 2007; Fontoura e Araújo, 2016; Medeiros e Pinheiro, 2018). O olhar sobre os estudos de usos do tempo é muito útil na análise sobre as desigualdades de ingresso no Ensino Superior, sobretudo se relacionado à divisão sexual do trabalho e a conciliação dos trabalhos com outras atividades.

Muito da bibliografia sobre usos do tempo e conciliação das três atividades – trabalho, escola e vida familiar – apontam a maior dificuldade na relação da juventude com o trabalho (Cyrino, 2009; Dedecca, 2004). Nessa esfera, a desigualdade nos papéis de gênero aparece com evidência na articulação entre trabalho doméstico não pago e trabalho remunerado. Como apontaram Bandeira e Pretulan (2016), mulheres e homens articulam as atividades de forma diferente, estando as mulheres em desvantagem por dedicarem muito mais do seu tempo aos cuidados domésticos.

Os dados da PNAD 2015, na Tabela 12 revelam que um percentual um pouco maior de mulheres estuda e trabalha (15,3%), se comparadas aos homens (14,83%) que estão cursando, no mínimo o Ensino Médio, supletivo ou o pré-vestibular. Entre as mulheres que estão cursando o Ensino Superior ou a Pós-graduação o percentual é de 8,32, onde a taxa para os homens é um pouco menor também (7,29%). O percentual de jovens homens que estudam e trabalham é maior que o das mulheres para os que estão cursando o Ensino Médio, supletivo ou pré-vestibular, e somente neste aspecto suas taxas de conciliação são maiores.

Os/as jovens que além dos estudos e do trabalho conciliam o trabalho doméstico não pago representam 12,26% de toda a amostra; nesse caso o percentual de mulheres (13,39%) também é um pouco maior que dos homens (11,13), e também é maior para ambos entre aqueles/as que estão cursando o Ensino Superior ou a Pós-Graduação.

Tabela 15 - Conciliação dos estudos, trabalho, e trabalho não remunerado entre os/as jovens - Em %

	Total	Homens			Mulheres		
		Total ⁴⁰	Médio ⁴¹	Superior ⁴²	Total	Médio	Superior
Amostra							
Estuda e trabalha	15,0	14,8	3,2	7,2	15,3	1,8	8,3
Estuda, trabalha e cuida dos afazeres domésticos	12,2	11,1	1,5	3,5	13,3	1,5	6,4
Estudam⁴³							
Trabalha	46,1	50,8	14,6	32,4	41,8	7,4	33,0
Cuida dos afazeres domésticos	65,7	49,4	16,8	28,8	80,3	24,1	51,3
Trabalha e cuida dos afazeres domésticos	29,1	24,8	6,9	15,9	32,9	6,2	25,4
Tem filho(as) ⁴⁴	8,7	1,9	26,4	62,7	6,7	33,8	53,2
Trabalha, cuida dos afazeres domésticos e têm filhos	3,8	2,1	20,2	71,5	5,3	23,3	66,8

Fonte: PNAD 2015/IBGE.

Partindo da perspectiva da escolaridade, no recorte que considera apenas os/as que estão estudando (em qualquer nível), 46,1% dos/as jovens também trabalham; dentre esses/as o percentual de homens que além de estudarem trabalham é de 50,85%. Das mulheres que estudam, 80,31% também se dedicam ao trabalho doméstico não pago (em

⁴⁰ Total por sexo, sem considerar os níveis escolares.

⁴¹ Cursando o ensino médio, educação de jovens e adultos (EJA) ou supletivo do Ensino Médio, ou pré-vestibular.

⁴² Cursando níveis superior: graduação ou pós.

⁴³ Percentuais calculados com amostra dos/as que, na semana de referência, estavam cursando qualquer nível escolar.

⁴⁴ Para jovens pessoa de referência na família ou cônjuges da pessoa de referência.

qualquer faixa de horas), enquanto que para os jovens homens esse percentual é de 49,5%. Os que conciliam, além dos estudos, o trabalho e os afazeres domésticos são 29,1% dos/as jovens; a taxa das jovens mulheres que conciliam as três atividades (32,9%) é de 8 pontos percentuais maior que a dos jovens homens (24,8%).

A partir desses dados é possível perceber que as jovens mulheres são as que mais conciliam outras atividades com os estudos. Essa constatação reforça que além de ainda desempenharem o papel imposto do feminino com os cuidados domésticos, as jovens mulheres se escolarizam mais e, progressivamente, se inserem mais no mercado de trabalho, caminhando para taxas de ocupação iguais às dos jovens homens (Costa, 2015; Mont'Alvão, 2014). Por isso, é possível indicar também que a desigualdade entre os sexos no ingresso ao Ensino Superior pode estar relacionada à conciliação das atividades. Em detrimento do trabalho remunerado, grande parte dos homens deixam de ingressar no Ensino Superior, justamente, por não conciliarem atividades, diferentemente do que fazem as mulheres.

Desses apontamentos muitas discussões podem ser feitas e em diferentes arranjos exploratórios para se explicar a desigualdade entre homens e mulheres na educação superior. Mas, em geral, é possível concluir que o aspecto que explica a vantagem das jovens mulheres em relação aos jovens homens é o trabalho, especialmente o trabalho em tempo integral. Por ser altamente negativo nas chances de ingresso dos jovens homens (e por esses de se dedicarem mais a ele), e positivo para as jovens mulheres, o trabalho remunerado é o fator que mais ajuda a explicar a desigualdade entre os sexos. O trabalho não pago é também um fator determinante, porém mais realizado por mulheres que, como foi indicado, o conciliam, em maior número, com as outras atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou demonstrar, baseado em estudos já existentes, as características que afetam os/as jovens brasileiros, de 18 a 29 anos de idade, no ingresso ao Ensino Superior, a partir dos dados da PNAD 2015. O primeiro objetivo foi o de apontar as principais desigualdades e como estas dificultam a transição do Ensino Médio para o Ensino Superior: regionais, socioeconômicas, étnico/raciais, as denominadas “privadas” como casamento, fecundidade, dedicação aos afazeres domésticos, e entre os sexos.

Partiu-se da ideia de que o acesso à educação superior permeia diversas realidades, a sua possibilidade é determinada por fatores distintos; e neste trabalho, observou-se, mais uma vez, que o que mais determina o ingresso dos/as jovens brasileiros na universidade é a renda familiar. Ter altos rendimentos aumenta muito as chances de jovens homens e mulheres de darem continuidade aos estudos após a conclusão do ensino básico.

Dentre outros determinantes socioeconômicos selecionados para análise, que têm impactos positivos no ingresso, estão a cor/raça branca e a residência nas regiões Sul e Centro-Oeste do país. Mas, para além dessas características bastante estudadas, buscou-se analisar se questões da vida privada da juventude também afetam as suas chances de ingresso. Juntamente às características sociais, observou-se que ser casado, dedicar-se por mais horas aos afazeres domésticos e ter filho(s) são fatores negativos na vida escolar da juventude. Este último – ter filho(s) – é o fator privado que mais diminui suas chances de ingresso no Ensino Superior.

Os cálculos que observaram as características selecionadas de caráter socioeconômicos e privados também consideraram o fator sexo em suas razões de chance; o que demonstrou que nas mesmas condições as mulheres têm em geral mais chances de acessar a universidade do que os jovens homens. Como segundo objetivo da pesquisa, buscou-se compreender como cada característica afeta homens e mulheres separadamente, e se estas, poderiam indicar o porque dessa desigualdade entre os sexos no ingresso ao Ensino Superior e a diferença em suas chances.

Nessa busca observou-se que determinantes socioeconômicos tais como região de domicílio, raça/cor e renda afetam homens e mulheres de maneira parecida em relação às chances de ingresso no Ensino Superior. O trabalho remunerado, no entanto, afeta negativamente os homens; diminui as suas chances de fazer a transição do Ensino Médio

para o Ensino Superior. O diferencial da pesquisa se deu na análise dos dados sobre determinantes privados, que mostraram que aspectos da vida familiar afetam homens e mulheres – mesmo que em proporções ligeiramente diferentes – negativamente.

Em geral, na observação das amostras divididas de homens e mulheres, ficou claro que o casamento, enquanto uma das características privadas, mostrou ser um determinante negativo para ambos os sexos, bem como a parentalidade. O trabalho, contudo, é o fator que mais afeta negativamente a vida escolar dos homens; os percentuais deles também são maiores nessa atividade. Enquanto para as mulheres o que mais diminui as suas chances é a maternidade. Para elas o trabalho não pago dedicado por muitas horas semanais é também um aspecto negativo em suas chances de entrada na universidade. O foco das observações finais se deu em relação, portanto, aos dois tipos de trabalhos, como determinantes para o ingresso no Ensino Superior.

Entende-se que a relação escola-trabalho é complexa, particularmente para a juventude que precisa ingressar no mercado de trabalho e ao mesmo tempo se qualificar (Costa, 2015). A não conciliação de ambas as atividades acarreta na desvantagem em uma delas; soma-se a essa relação as atividades ligadas à vida familiar, o casamento, os cuidados com os filhos e os afazeres domésticos. Por isso, ao destrinchar as diferenças entre os dois tipos de trabalho – trabalho remunerado e trabalho doméstico não pago – como determinantes na vida escolar dos jovens homens e mulheres, percebeu-se que os trabalhos por si só não explicam, diretamente, a desigualdade de acesso na educação superior, em que as mulheres estão em vantagem. Assim, entendeu-se que essa desigualdade, na verdade, pode estar ligada ao fato de que as jovens mulheres conciliam diversas atividades com os estudos, tais como trabalho e vida familiar.

A particularidade da juventude mostra que, para os homens, nessa relação trilateral – escola/trabalho/vida familiar -, na escolaridade estão em desvantagem se comparados às jovens mulheres; enquanto elas estão em desvantagem no mercado de trabalho; que, acredita-se, ocorre em detrimento dos estudos e da dedicação aos cuidados domésticos. Essa afirmativa reforça a construção da divisão dos papéis de gênero em que, em geral, os homens provêm, através do trabalho e dos rendimentos deste; e as mulheres se encarregam dos cuidados com o lar, dos filhos, em geral, do trabalho não pago.

Ainda assim, “a conciliação do tempo de estudo, trabalho e vida familiar é uma equação difícil de ajustar, sem prejuízo de uma ou outra atividade” (SILVA, E.; MACEDO,

D; FIGUEIREDO, M., 2015; p.6). Ao compreender essa transversalidade das três esferas, tão importantes e fundamentais na vida jovem, acredita-se que, dentre outras mudanças, é preciso dar melhores condições (socioeconômicas e da organização do tempo) aos/às jovens para melhorar, no sentido vertical e horizontal, o ingresso ao Ensino Superior, a fim de possibilitar, através dos estudos e do trabalho melhores condições sociais.

Por isso, é preciso que políticas públicas intermeiem este processo cíclico para torná-lo possível, e que recomendações já existentes sejam praticadas, tais como as de compatibilização de jornadas de trabalho e permanência na escola: (i) Induzir a organização de jornadas de trabalho que permitam o acesso e a permanência dos/as jovens trabalhadores e estudantes na educação básica, profissional e superior, ou que garantam seu retorno às atividades escolares; (ii) Aplicar a Convenção 140 concernente à Licença Remunerada para Estudos, 1974 (n. 140) da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil em 17/9/1992⁴⁵; (iii) Criar mecanismos de inibição de jornadas extraordinárias para jovens e estudantes, como horas extras e bancos de horas, mediante convenções ou acordos coletivos de trabalho; (iv) Criar mecanismos que viabilizem jornadas de trabalho reduzidas para jovens; e (v) Apoiar as possibilidades de inserção de jovens estudantes em oportunidades de trabalho próximas de suas residências e de suas escolas. (ANTDJ/MTE, 2010).

A Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (2010) também recomenda a ampliação das oportunidades para jovens de ambos os sexos compatibilizarem com o trabalho, os estudos e a vida familiar: (i) Garantir a instalação de creches públicas em condições adequadas e de qualidade no interior ou em locais próximos a instituições escolares visando ao cuidado de filhos de jovens mães e pais trabalhadores/as e/ ou estudantes; (ii) Fiscalizar o cumprimento da lei 8.212-91 que garante a concessão do auxílio creche; (iii) Fortalecer o debate de mecanismos e estratégias sobre a importância da ampliação das licenças maternidade e paternidade, mediante convenções e acordos coletivos de trabalho; e (iv) Garantir no local de trabalho a igualdade de oportunidades e tratamento aos trabalhadores/as com responsabilidades familiares, sem prejuízo do cumprimento das respectivas obrigações.

⁴⁵ “Essa Convenção estabelece licença remunerada concedida a trabalhadores, com a finalidade educativa em todos os níveis, geral, social, sindical ou cívica, por um período determinado. Sua aplicação efetiva é, portanto, uma das propostas da Agenda que visa a compatibilização da jornada de trabalho e da formação e educação em caráter permanente” (SILVA, E.; MACEDO, D; FIGUEIREDO, M., 2015).

Adicionalmente, iniciativas tais como as ações afirmativas, a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a Universidade para Todos (Prouni) devem ser aprimoradas e ampliadas – e não sucateadas e minimizadas –, mas considerando, por exemplo, os diferentes imperativos entre homens e mulheres.

Conclui-se que dar continuidade aos estudos é uma tarefa difícil para os/as jovens brasileiros/as; poucos conseguem ingressar na universidade, especialmente em condições que apontam para características de desvantagem tais como o trabalho (pago e não pago). Por isso, é preciso continuar a buscar compreender, de diversas formas, a realidade da juventude e as suas especificidades, para assim, organizar, planejar e desenvolver oportunidades, com o intuito de diminuir, por meio da educação, essas desigualdades existentes.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBIE, E. *Métodos de Pesquisas de Survey*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

ABREU, A.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. (orgs.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. 1 ed.. – São Paulo: Boitempo, 2016.

AGUIRRE, R. *Uso del tiempo y desigualdades de género en el trabajo no remunerado*. In: AGUIRRE, Rosario (Ed.). **Las bases invisibles del bienestar social**. Montevideo: Doble clic editoras, 2009. p. 23-86.

AMOS, D. *Pesquisas de usos do tempo: um instrumento para aferir as desigualdades de gênero*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 17(3): 312, set-dez, 2009.

ANTDJ. *Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude*. Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília: outubro de 2010.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (Orgs.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BANDEIRA, L. PRETURLAN, R. *As pesquisas sobre uso do tempo e a promoção da igualdade de gênero no Brasil*. IN: FONTOURA, N.; ARAUJO, C. (orgs.) **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016.

BARBIERI, T. de. *Sobre la categoría género: Una introducción teórico-metodológica*. In: AZEREDO, Sandra e STOLCKE, Verena (coords.). **Direitos reprodutivos**. FCC/DPE p.25-45, São Paulo: 1991.

BARRETO, A. *A mulher no Ensino Superior: distribuição e representatividade*. Cadernos do GEA, n.6, jul./dez. Rio de Janeiro: FLACSO, GEA, UERJ, 2014.

BARROSO, C. *Mulher, Sociedade e Estado no Brasil*. Edição Conjunta Unicef e Editora Brasiliense. São Paulo: 1982.

BEAUVOIR, S. de. *O segundo Sexo*. 12ª Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro: 2002.

BIROLI, F. *Divisão sexual do trabalho e democracia*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 59, nº3, pp. 719 a 681, 2016.

BITTMAN, M.; MATHESON, G. *All Else Confusion: What Time Use Surveys show about Changes in Gender Equity*. Social Policy Research Centre Discussion Paper, Sidney: University of South Wales, n. 72, p. 1-27, 1996.

BLAKE, J. *Family size and the quality of children*. IN: **Number of siblings and educational mobility**. American Sociological Review 50 (1): 84-94. Demography 18 (4): 421-442., 1981.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.C. *Reproduction in Education, Society and Culture*. Sage, Londres, 1979.

BREEN, R.; JONSSON, J. *Inequality of opportunity in comparative perspective: recent research on educational attainment and social mobility*. IN: **Annual Review of Sociology**, v. 31, p. 223-243, 2005.

CARVALHO, M. *Modelos de transição; Educação e renda*. (Dissertação) Coordenação de Programas de Pós-graduação em Engenharia (Coppe). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

CARDOSO, A. *Juventude, Trabalho e Desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação*. Caderno CRH v.26, nº68, p.294-341, Salvador: maio/ago. 2013.

CASTRO, M. C. *Pesquisas sobre Ensino Superior*. Universidade de São Paulo e Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 49-70, 2001.

COLEMAN, J.S. et al. *Equality of educational opportunity*. Washington: U.S. Government Printing Office, 1966.

COLLARES, A. *The expansion of higher education in Brazil between 1982 and 2006: disentangling age, period and cohort effects*. Population Review (Print) v.52, p.19 - 48, 2013.

COLLARES, A. *Uma questão de método: desafios da pesquisa quantitativa na Sociologia*. Ideias: Edição Especial, nova série. Campinas – SP: 2013.

COLLARES, A. *Social Inequality and the Expansion of Higher Education in Brazil* (Tese). University of Wisconsin-Madison, 2010.

CORBUCCI, P. *Evolução do acesso de jovens à educação superior no Brasil*. Texto para Discussão 1950. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. IPEA, Brasília: 2014.

CORBUCCI, P. *Desigualdades no acesso dos jovens brasileiros à educação superior*. IN: SILVA, E; BOTELHO, R. (org.) **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**. Cap.5, p. 153-176. IPEA, Brasília: 2016.

CORSEUIL, C. H.; FRANCA, M. *Inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro: evolução e desigualdades no período 2006-2013*. Brasília: OIT, 2015.

COSTA, A.; SORJ, B.; BRUSCHINI, C.; HIRATA, H. (orgs.). *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

COSTA, J. *Educação dos jovens brasileiros no período 2006-2013*. Organização Internacional do trabalho (OIT): OIT Escritório no Brasil; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília: OIT, 2015.

CYRINO, R. *Trabalho, temporalidade e representações sociais de gênero: uma análise da articulação entre trabalho doméstico e assalariado*. Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº 11, já./jun., 2009.

DEDECCA, C. *Tempo, trabalho e gênero*. In: COSTA, Ana et al. (Orgs.). **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT Brasil, 2004.

DEVREUX, A-M. *A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina*. Revista Sociedade e Estado, v.20, n.3. Brasília: set/dez 2005.

GALVÃO, J. *O impacto da segregação de gênero nos cursos de graduação sobre o diferencial salarial entre homens e mulheres no Brasil*. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília – UnB. Brasília: julho 2015.

GUIMARÃES, R.; RIOS-NETO, E. *Comparação entre metodologias de idade-período-coorte para o estudo de uma medida da progressão escolar no Brasil*. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 28, p. 349-367, 2011.

HEILBORN, M. L.; CABRAL, C. S. *Parentalidade Juvenil: transição condensada para a vida adulta*. IN: Transição para a Vida Adulta ou Vida Adulta em Transição? Eds. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro: IPEA 2006.

HERITIER, F. *Masculin/Féminin I. La pensée de la différence*. Editions Odile Jacob, Paris: 1996.

HIRATA, H. *Dicionário Crítico do Feminismo*. 1. ed. Ed UNESP, São Paulo: 2009.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *PNAD 2015, Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio*. 2015.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010. Resultados: Educação e Deslocamento – resultados da amostra*. Rio de Janeiro: 2012.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas de Gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010*. Sistema Nacional de Informações de Gênero. Rio de Janeiro: 2014.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Resumo Técnico: Censo da educação superior 2015*. Brasília, 2018.

IESALC, Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe. *A Educação Superior no Brasil*. UNESCO. Porto Alegre: novembro de 2002.

JACOBS, J. A. *Gender Inequality and Higher Education*. IN: **Annual Review of Sociology**, v. 22, n. 1, p. 153–185, 1996.

JANNUZZI, P. *Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. Editora Alínea, Campinas, SP: 2012.

KUCHEMANN, B.; BANDEIRA, L.; ALMEIDA, T. *A categoria gênero nas Ciências Sociais e sua interdisciplinaridade*. Revista do Ceam, v.3, n.1, jan./jun. 2015.

LAM, D. A.; MARTELETO, L. *Small Families and Large cohorts: the impact of the Demographic Transition on Schooling in Brazil*. IN: Lloyd, Cynthia B., Behman, Jere R., Stromquist, Nelly P. and Cohen, Barney (Eds.) **The Changing Transitions to Adulthood in Developing Countries**. Selected Studies. National Research Council. Pp 56 - 83, 2005.

MADEIRA, F. R. *Educação e Desigualdade no Tempo de Juventude*. IN: **Transição para a Vida Adulta ou Vida Adulta em Transição?** Eds. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro: IPEA 2006.

MEDEIROS, M.; PINHEIRO, L. *Desigualdades de gênero em tempo de trabalho pago e não pago no Brasil, 2013*. Revista Sociedade e Estado, vol.3, nº1, Janeiro/Abril, 2018.

MELO, H.P.; CONSIDERA, C.M.; DI SABBATO, A. *Dez anos de mensuração dos afazeres domésticos no Brasil*. IN: FONTOURA, N.; ARAÚJO, C. (orgs.). **Uso do tempo e gênero**. UERJ, SPM, IPEA, 2016.

MONT'ALVÃO NETO, A. *Tendências das desigualdades de acesso ao Ensino Superior no Brasil: 1982-2010*. Educ. Soc., v.35, nº127, p.417-441, abr.-jun. 2014.

NASMAN, E. *The importance of family policy for fathers' care of their children*. IN: **European Commission Childcare Network**. Report on Childcare Network Technical Seminar. Cap. 2, p. 1-19; Glasgow, May, 1990.

NEVES, C.; MARTINS, C. *Ensino Superior no Brasil: uma visão abrangente*. IN: **Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira**. Org: Tom Dwyer [et al.], p. 95-124. Brasília: Ipea; Pequi, 2016.

PINHEIRO, L.; GALIZA, M.; FONTOURA, N. *Novos arranjos familiares, velhas convenções sociais de gênero: a licença parental como política pública para lidar com estas tensões*. Estudos Feministas, Florianópolis, 17(3):312, set-dez, 2009.

PINTO, J. M. R. *O acesso à educação superior no Brasil*. Educação e Sociedade, v. 25, n. 88, p. 727-756, edição especial. Campinas: out. 2004.

PRATES, A.; COLLARES, A. *Desigualdade e expansão do ensino superior na sociedade contemporânea: o caso brasileiro do final do século XX ao princípio do século XXI*. 1ª Ed. Fino Traço; Belo Horizonte, 2014.

RIBEIRO, C. *Desigualdades de gênero no ensino superior e no mercado de trabalho no Brasil: uma análise de idade, período e coorte*. Revista Sociedade e Estado; v. 31, nº 2, maio/agosto 2016.

SADDI, S. *Utilizando microdados da PNAD no monitoramento de ações públicas*. IX Congresso Consad de Gestão Pública. Brasília: junho 2016.

SAFFIOTI, H. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H. *Conceituando o gênero*. IN: **Gênero e Educação**: caderno de apoio para a educadora e o educador. São Paulo; Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Especial da Mulher; Jun., 2003.

SCHWARTZMAN, S. *Equity, quality and relevance in higher education in Brazil*. *An. Acad. Bras. Ciênc.*, Mar., vol.76, no.1, p.173-188, 2004.

SCOTT, J. W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade, v.20, n.2, p.71-99. Porto Alegre: jul./dez. 1995.

SCOTT, R. P. *O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico*. Cadernos de Pesquisa, nº 73, p. 38-47, maio 1990.

SILVA, E.; MACEDO, D; FIGUEIREDO, M. *Conciliação dos estudos, trabalho e vida familiar na juventude brasileira*. OIT e IPEA: Série Trabalho Decente e Juventude - ANT DJ. Brasília: 2015.

SILVA, P.; CARNEIRO, P.; FRANCA, L. M. *Análise estatística de dados da PNAD: incorporando a estrutura do plano amostral*. *Ciência & Saúde Coletiva*, 7(4):659-670, 2002.

SOARES, C.; SABOIA, A.L. *Tempo, trabalho e afazeres domésticos: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 e 2005*. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2007.

VASCONCELOS, A. *Juventude e Ensino Superior no Brasil*. IN: **Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira**. Org: Tom Dwyer [et al.], p. 125-137. Brasília: Ipea; Pequi, 2016.

VILELA, E. M.; COLLARES, A. C. M. *Origens e Destinos Sociais: pode a escola quebrar essa ligação?* IN: *Teoria e Sociedade*, v. 17.2, p. 62–93, 2009.

WEBER, M. *The Rationalization of Education and Training*. IN: GRUSKY, D. B. (Org.) **Social Stratification: Class, Race, and Gender in Sociological Perspective**. Westview Press: 1994

ANEXOS

Tabela 16 - Identidade Familiar

(i)String

tostring V0102, gen(V0102s)

tostring V0103, gen(V0103s)

tostring V0403, gen(V0403s)

(ii)Concat

egen str hhid = concat(V0102s V0103s)

egen str fid = concat(V0102s V0103s V0403s)

duplicates tag hhid, gen(dupid2)

duplicates tag fid, gen(dupid1)

Tabela 17 - Faixa etária - Juventude

(i)Coorte

gen coorte = 0

replace coorte = 1 if V8005 > 17 & V8005 < 30

label var coorte "entre 18 e 29"

(ii) Entre 18 e 24 anos

gen jovem2=0

replace jovem2=1 if V8005 >17 & V8005 <25

label var jovem2 "jovens de 18 a 24 anos"

(iii) Entre 25 e 29 anos

gen jovem3=0

replace jovem3=1 if V8005 >24 & V8005 <30

label var jovem3 "jovens de 25 a 29 anos"

Tabela 18 - Sexo

(i) Homens

gen homem = 0

replace homem = 1 if V0302 == 2

replace homem = . if V0302 == .

(ii) Mulheres

gen mulher = 0

replace mulher = 1 if V0302 == 4

Tabela 19 - Pessoa de referência na família

(i) Pessoa de referência gen chefedefamilia = 0 replace chefedefamilia = 1 if V0402 == 1 label var chefedefamilia "Pessoa de referência da na familia"
(ii) Jovem como pessoa de referência gen jovenscdf = 0 replace jovenscdf = 1 if coorte & chefedefamilia label var "Jovens chefes de familia"
(iii) Jovem homem como pessoa de referência gen jovemf = 0 replace jovemf = 1 if V0402 == 1 & V0302 == 2 & coorte == 1 label var jovemf "homens de 18 a 29 anos chefes de familia"
(iv) Jovem mulher como pessoa de referência gen jovemff = 0 replace jovemff = 1 if V0402 == 1 & V0302 == 4 & coorte == 1 label var jovemff "mulheres de 18 a 29 anos chefes de familia"
(v) Jovem homem como pessoa de referência ou cônjuge gen jovemf2 = 0 replace jovemf2 = 1 if V0402 == 1 & V0302 == 2 & coorte == 1 V0402 == 2 & V0302 == 2 & coorte == 1 label var jovemf2 "homens de 18 a 29 anos chefes de familia ou conjuges"
(vi) Jovem mulher como pessoa de referência ou cônjuge gen jovemff2 = 0 replace jovemff2 = 1 if V0402 == 1 & V0302 == 4 & coorte == 1 V0402 == 2 & V0302 == 4 & coorte == 1 label var jovemff2 "mulheres de 18 a 29 anos chefes de familia ou conjuges"

Tabela 20 - Raça/Cor

(i) Brancos gen brancos = 0 replace brancos = 1 if V0404 == 2 replace brancos = 1 if V0404 == 6
(ii) Negros (Não brancos) gen negros = 0 replace negros = 1 if V0404 == 0 replace negros = 1 if V0404 == 4 replace negros = 1 if V0404 == 8

Tabela 21 - Filhos

(i) Filhos

destring fid, gen(fidn)
gen filhof = 0
replace filhof = 1 if V0402 == 3
label var filhof "filho na familia"

(ii) Filhos de pessoa de referência

sort fidn
by fidn: egen filhotf = total(filhof)
label var filhotf "total de filhos do chefe da familia"

Tabela 22 – Filhos, Jovens e Pessoa de Referência

(i) Filhos de jovens pessoa de referência

by fidn: egen totalfilho = total(temfilho)
label var totalfilho "total de filhos do jovem chefe da familia"

(ii) Filhos de jovens homens e mulheres pessoa de referência

gen pai = 0
replace pai = 1 if filhotf > 0 & jovemf == 1
label var pai "homens de 18 a 29 anos chefes de familia que tem filhos"
tab pai

gen mae = 0
replace mae = 1 if filhotf > 0 & jovemff == 1
label var mae "mulheres de 18 a 29 anos chefes de familia que tem filhos"

(iii) Filhos de jovens homens pessoa de referência ou cônjuges

gen pai2 = 0
replace pai2 = 1 if filhotf > 0 & jovemf2 == 1
label var pai2 "homens de 18 a 29 anos chefes de familia ou conjuges que tem filhos"
tab pai2

(iv) Filhos de jovens mulheres pessoa de referência ou cônjuges

gen mae2 = 0
replace mae2 = 1 if filhotf > 0 & jovemff2 == 1
label var mae2 "mulheres de 18 a 29 anos chefes de familia ou conjuges que tem filhos"

(v) Ter filhos

gen temfilho=0
replace temfilho=1 if pai2 + mae2

(vi) Ter dois filhos

gen filhos2=0
replace filhos2=1 if totalfilho > 1 & jovenscdf == 1
label var filhos2 "jovens com mais de dois filhos de conjuges ou chefes de familia"

gen filhosh2=0
replace filhosh2=1 if totalfilho > 1 & jovenscdf == 1

label var filhosh2 "homem com mais de dois filhos de conjuges ou chefes de familia"

gen filhosh2=0

replace filhosh2=1 if totalfilho >1 & jovemff2 ==1

label var filhosh2 "mulher com mais de dois filhos de conjuges ou chefes de familia"

Tabela 23 - Casamento

(i)Vive em companhia do cônjuge ou companheiro(a)

gen casado = 0

replace casado = 1 if V4111 == 1

label var casado "vive em companhia do conjuge ou companheiro"

Tabela 24 - Educação

(i) Fundamental Completo

gen fundamentalcomp = 0

replace fundamentalcomp = . if V0602 == 4

replace fundamentalcomp = 1 if V6007 == 2 | V6007 == 4 | V6007 == 6

replace fundamentalcomp = 0 if V0611 == 3

label var fundamentalcomp "ensino fundamental completo"

(ii) Ensino Médio completo, não ingressou no E. Superior

gen mediocomp = 0

replace mediocomp = . if V0606 == 4

replace mediocomp = 1 if V6007 == 3 | V6007 == 5 | V6007 == 7

replace mediocomp = 0 if V0611 == 3

label var mediocomp "possui ensino medio completo e nao esta matriculado"

(iii) Ensino Superior Completo

gen supcomp = 0

replace supcomp = . if V0606 == 4

replace supcomp = 1 if V6007 == 8 | V6007 == 9

replace supcomp = 0 if V0611 == 3

label var supcomp "ensino superior completo"

(iv) Ensino Superior Incompleto

gen supincomp = 0

replace supincomp = . if V0606 == 4

replace supincomp = 1 if V6003 == 5 | V6007 == 8 & V0611 == 3

label var supincomp "ensino superior incompleto"

(v) Ensino Superior Completo ou Incompleto

gen supcomp1 = 0

replace supcomp1 = 1 if V6007 == 8 | V6007 == 9

replace supcomp1 = . if V0606 == 4

label var supcomp1 "ensino superior completo ou incompleto"

(vi) Matriculado no Ensino Superior ou Pós-Graduação

```
gen matsup = 0
replace matsup = . if V0602 == 4
replace matsup = 1 if V6003 == 5
replace matsup = 1 if V6003 == 11
label var matsup "matriculado ed. sup. ou pos"
```

(vii) Frequenta ou frequentou (concluiu ou não) Ensino Superior ou parou no Médio

```
gen educ_ms = 1 if matsup == 1 | supcomp1 == 1
replace educ_ms = . if V0602 == 4 & V0606 == 4
/*Parou no médio*/
replace educ_ms = 0 if mediocomp == 1
label var educ_ms "frequenta ou frequentou ed sup. ou parou no medio"
```

(viii) Frequenta ou frequentou (e não concluiu) Ensino Superior ou parou no Médio

```
gen educ_freq = 1 if matsup == 1 | supincomp == 1
/*Parou no médio*/
replace educ_freq = 0 if mediocomp == 1
label var educ_freq "frequenta ou frequentou MAS NAO CONCLUIU ed sup. ou parou no medio"
```

(ix) Ingressou - Frequenta ou frequentou o Ensino Superior

```
gen ingressou = 0
replace ingressou = 1 if educ_ms == 1
replace ingressou = 0 if educ_ms == .
label var ingressou "Frequenta ou frequentou o ensino superior"
```

(x) Frequentou Pós-Graduação

```
gen posgrad = 0
replace posgrad = 1 if V6007 == 9
label var posgrad "Curso mais elevado que frequentou Pos Graduacao"
```

(xi) Concluiu Pós-Graduação

```
gen posgrad2 = 0
replace posgrad2 = . if V0606 == 4
replace posgrad2 = 1 if V6007 == 9
replace posgrad2 = 0 if V0611 == 3
label var posgrad2 "Concluiu a Pos Graduacao"
```

(xii) Ensino Médio Completo

```
gen mediocompleto = 0
replace mediocompleto = . if V0606 == 4
replace mediocompleto = 1 if V0611 == 1 | V6007 == 3 | V6007 == 5 | V6007 == 7
label var mediocompleto "curso mais elevado que frequentou e concluiu Ensino Medio"
```

(xiii) Ensino Superior Incompleto

```
gen supincomp = 0
replace supincomp = 1 if V6007 == 8 & V0611 == 3
label var supincomp "ensino superior incompleto"
```

Tabela 25 - Regiões do Brasil

(i) Regiões do Brasil por UF

gen regio = .
replace regio = 1 if UF == 11 | UF == 12 | UF == 13 | UF == 14 | UF == 15 | UF == 16 | UF == 17
replace regio = 2 if UF == 21 | UF == 22 | UF == 23 | UF == 24 | UF == 25 | UF == 26 | UF == 27 | UF == 28 | UF == 29
replace regio = 3 if UF == 31 | UF == 32 | UF == 33 | UF == 35
replace regio = 4 if UF == 41 | UF == 42 | UF == 43
replace regio = 5 if UF == 50 | UF == 51 | UF == 52 | UF == 53
label define region 1"north" 2"northeast" 3"southeast" 4"south" 5"centralwest" 6"DF"

(ii) Dummies Regiões

label values regio region
tab regio
gen norte = 0
gen sul = 0
gen sudeste = 0
gen nordeste = 0
gen centroeste = 0
replace nordeste = 1 if regio == 2
replace sul = 1 if regio == 4
replace sudeste = 1 if regio == 3
replace centroeste = 1 if regio == 5
replace norte = 1 if regio == 1

Tabela 26 - Situação do domicílio

(i) Urbano

gen urbano = 0
replace urbano = 1 if V4728 == 1 | V4728 == 2 | V4728 == 3

(ii) Rural

gen rural = 0
replace rural = 1 if V4728 == 4 | V4728 == 5 | V4728 == 6 | V4728 == 7 | V4728 == 8

Tabela 27 - Trabalho

(i) Trabalha

gen trabalha = 0
replace trabalha = 1 if V9001 == 1

(ii) Jovem homem que trabalha

gen hjoventrabalha = 0
replace hjoventrabalha = 1 if trabalha == 1 & jovemf2 == 1
label var hjoventrabalha "homem jovem cdf ou conjugue que trabalha"

(iii) Jovem mulher que trabalha

```
gen mjoventrabalha = 0
replace mjoventrabalha = 1 if trabalha == 1 & jovemf2 == 1
label var mjoventrabalha "mulher jovem cdf ou conjuge que trabalha"
```

(iv) Horas de trabalho

```
gen horastrab0 = 0
replace horastrab0 = 1 if V4707 == 0
label var horastrab0 "nao trabalha"
```

```
gen horastrab1 = 0
replace horastrab1 = 1 if V4707 > 1 & V4707 < 21
label var horastrab1 "trabalha até 20 horas semanais"
```

```
gen horastrab2 = 0
replace horastrab2 = 1 if V4707 > 20
label var horastrab1 "trabalha mais de 20 horas semanais"
```

(v) Horas de trabalho em faixas

```
gen horastrab1 = 0
replace horastrab1 = 1 if V4707 == 1
label var horastrab1 "trabalha até 14 horas semanais"
```

```
gen horastrab2 = 0
replace horastrab2 = 1 if V4707 == 2
label var horastrab2 "trabalha de 15 a 39 horas semanais"
```

```
gen horastrab3 = 0
replace horastrab3 = 1 if V4707 == 3
label var horastrab3 "trabalha de 40 a 44 horas semanais"
```

```
gen horastrab4 = 0
replace horastrab4 = 1 if V4707 == 4
label var horastrab4 "trabalha de 45 a 48 horas semanais"
```

```
gen horastrab5 = 0
replace horastrab5 = 1 if V4707 == 5
label var horastrab5 "trabalha 49 horas semanais ou mais"
```

Tabela 28 - Trabalho doméstico

(i) Cuida dos afazeres domésticos

```
gen trabalhodom = 0
replace trabalhodom = 1 if V9121 == 1
label var trabalhodom "cuida dos afazeres domesticos"
```

(ii) Jovem homem que cuida dos afazeres domésticos

```
gen htrabalhodom = 0
replace htrabalhodom = 1 if trabalhodom == 1 & jovemf2 == 1
label var htrabalhodo "homens cdf ou conjuge que cuida dos afazeres domesticos"
```

(iii) Jovem mulher que cuida dos afazeres domésticos

```
gen mtrabaldom = 0  
replace mtrabaldom = 1 if trabalhodom == 1 & jovemff2 == 1  
label var mtrabaldom "mulheres cdf ou conjuge que cuida dos afazeres domesticos"
```

(iv) Horas de trabalho doméstico não remunerado

```
gen trabalhodom = 0  
replace trabalhodom = 1 if V9121 == 1  
label var trabalhodom "cuida dos afazeres domesticos"
```

```
gen horastrabdom0 = 0  
replace horastrabdom0 = 1 if V9921 == 0 | V9921 == .  
label var horastrabdom0 "nao faz trabalho doméstico"
```

```
gen horastrabdom1 = 0  
replace horastrabdom1 = 1 if V9921 > 0 & V9921 < 1  
label var horastrabdom1 "Afazeres domesticos menos que 1 hora semanal"
```

```
gen horastrabdom2 = 0  
replace horastrabdom2 = 1 if V9921 > 1 & V9921 <= 5  
label var horastrabdom2 "Afazeres domesticos de 1 a 5 horas semanais"
```

```
gen horastrabdom3 = 0  
replace horastrabdom3 = 1 if V9921 > 5 & V9921 <= 10  
label var horastrabdom3 "Afazeres domesticos de 6 a 10 horas semanais"
```

```
gen horastrabdom4 = 0  
replace horastrabdom4 = 1 if V9921 > 10 & V9921 <= 15  
label var horastrabdom4 "Afazeres domesticos de 11 a 15 horas semanais"
```

```
gen horastrabdom5 = 0  
replace horastrabdom5 = 1 if V9921 > 15 & V9921 <= 20  
label var horastrabdom5 "Afazeres domesticos de 16 a 20 horas semanais"
```

```
gen horastrabdom6 = 0  
replace horastrabdom6 = 1 if V9921 > 20 & V9921 <= 30  
label var horastrabdom6 "Afazeres domesticos de 21 a 30 horas semanais"
```

```
gen horastrabdom7 = 0  
replace horastrabdom7 = 1 if V9921 > 30 & V9921 <= 98  
label var horastrabdom7 "Afazeres domesticos mais de 30 horas semanais"
```

Tabela 29 - Renda familiar *per capita*

(i) Sem renda

```
gen renda0 = 0  
replace renda0 = 1 if V4720 == 0  
label var renda0 "Sem renda"
```

(ii) Tem renda

gen temrenda = 0

replace temrenda = 1 if V4720 > 1

label var temrenda "Recebia algum rendimento de todos os trabalhos"

(iii) Valores de renda familiar per capita

gen rendafamiliar0 = 0

replace rendafamiliar0 = 1 if V4750 == 0

label var rendafamiliar0 "Sem renda"

gen temrendafamiliar = 0

replace temrendafamiliar = 1 if V4750 > 1

label var temrendafamiliar "Tem renda familiar per capita"

gen rendafamiliar1 = 0

replace rendafamiliar1 = 1 if V4750 > 0 & V4750 < 395

label var rendafamiliar1 "Renda familiar per capita de ate 1/2 SM"

gen rendafamiliar2 = 0

replace rendafamiliar2 = 1 if V4750 > 396 & V4750 < 788

label var rendafamiliar2 "Renda familiar per capita de 1/2 SM ate 1SM"

gen rendafamiliar3 = 0

replace rendafamiliar3 = 1 if V4750 > 789 & V4750 < 1575

label var rendafamiliar3 "Renda familiar per capita de 1 SM ate 2 SM"

gen rendafamiliar4 = 0

replace rendafamiliar4 = 1 if V4750 > 1576 & V4750 < 2364

label var rendafamiliar4 "Renda familiar per capita acima de 2 SM ate 3 SM"

gen rendafamiliar5 = 0

replace rendafamiliar5 = 1 if V4750 > 2365 & V4750 < 3940

label var rendafamiliar5 "Renda familiar per capita acima de 3 SM ate 5 SM"

gen rendafamiliar6 = 0

replace rendafamiliar6 = 1 if V4750 > 3941 & V4750 < 9999999

label var rendafamiliar6 "Renda familiar per capita acima de 5 SM"

Tabela 30 – Renda do trabalho

(i) Sem renda

gen renda0 = 0

replace renda0 = 1 if V4720 == 0

label var renda0 "Sem renda"

(ii) Tem renda

gen temrenda = 0

replace temrenda = 1 if V4720 > 1

label var temrenda "Recebia algum rendimento de todos os trabalhos"

(iii) Valores de renda

gen renda = 0

```

replace renda = 1 if V4719 > 1
label var renda "rendimento mensal em dinheiro de todos os trabalhos"

gen renda1 = 0
replace renda1 = 1 if V4719 > 0 & V4719 < 395
label var renda1 "Rendimento mensal do trabalho de ate 1/2 SM"

gen renda2 = 0
replace renda2 = 1 if V4719 > 396 & V4719 < 788
label var renda2 "Rendimento mensal do trabalho de 1/2 SM ate 1SM"

gen renda3 = 0
replace renda3 = 1 if V4719 > 789 & V4719 < 1575
label var renda3 "Rendimento mensal do trabalho acima de 1 SM ate 2 SM"

gen renda4 = 0
replace renda4 = 1 if V4719 > 1576 & V4719 < 2364
label var renda4 "Rendimento mensal do trabalho acima de 2 SM ate 3 SM"

gen renda5 = 0
replace renda5 = 1 if V4719 > 2365 & V4719 < 3940
label var renda5 "Rendimento mensal do trabalho acima de 3 SM ate 5 SM"

gen renda6 = 0
replace renda6 = 1 if V4719 > 3941 & V4719 < 9999999
label var renda6 "Rendimento mensal do trabalho acima de 5 SM"

```

Tabela 31 - Renda de todas as fontes

(i) Sem renda

```

gen rendaf0 = 0
replace rendaf0 = 1 if V4720 == 0
label var rendaf0 "Sem renda"

```

(ii) Tem renda

```

gen temrendaf = 0
replace temrendaf = 1 if V4720 > 1
label var temrendaf "Recebia algum rendimento de todas as fontes"

```

(iii) Valores de renda

```

gen rendaf = 0
replace rendaf = 1 if V4720 > 1
label var rendaf "rendimento mensal em dinheiro de todas as fontes"

```

```

gen rendaf1 = 0
replace rendaf1 = 1 if V4720 > 0 & V4720 < 395
label var rendaf1 "Rendimento mensal de ate 1/2 SM - todas as fontes"

```

```

gen rendaf2 = 0
replace rendaf2 = 1 if V4720 > 396 & V4720 < 788
label var rendaf2 "Rendimento mensal acima de 1/2 SM ate 1SM - todas as fontes"

```

```

gen rendaf3 = 0
replace rendaf3 = 1 if V4720 > 789 & V4720 < 1575
label var rendaf3 "Rendimento mensal acima de 1 SM ate 2 SM - todas as fontes"

gen rendaf4 = 0
replace rendaf4 = 1 if V4720 > 1576 & V4720 < 2364
label var rendaf4 "Rendimento mensal acima de 2 SM ate 3 SM - todas as fontes"

gen rendaf5 = 0
replace rendaf5 = 1 if V4720 > 2365 & V4720 < 3940
label var rendaf5 "Rendimento mensal acima de 3 SM ate 5 SM - todas as fontes"

gen rendaf6 = 0
replace rendaf6 = 1 if V4720 > 3941 & V4720 < 9999999
label var rendaf6 "Rendimento mensal acima de 5 SM - todas as fontes"

```

Tabela 32 - Conciliação trabalho, estudos e trabalho não pago

(i) Trabalho e estudos

```

gen estudamedio=0
replace estudamedio=1 if V0602==2 & V6003==2 | V6003==4 | V6003==10
label var estudamedio "estudando no ensino medio ou pré-vestibular"

gen estudasup=0
replace estudasup=1 if V0602==2 & V6003==5 | V6003==11
label var estudasup "estudando no ensino superior ou mestrado ou doutorado"

gen trabestuda1=0
replace trabestuda1=1 if trabalha & estudamedio
label var trabestuda1 "trabalha e estudando no ensino medio"

gen trabestuda2=0
replace trabestuda2=1 if trabalha & estudasup
label var trabestuda2 "trabalha e estudando no ensino superior"

gen estudatrabalha=0
replace estudatrabalha=1 if estudamedio | estudasup & trabalha
label var estudatrabalha " estudando e trabalhando"

```

(ii) Trabalho, estudos e trabalho não pago

```

gen estudadom1=0
replace estudadom1=1 if estudamedio & trabalhadom
label var estudadom1 "estudando no ensino medio ou prevestibular e realiza trabalho domestico"

gen estudadom2=0
replace estudadom2=1 if estudasup & trabalhadom
label var estudadom2 "estudando ensino superior ou pós e realiza trabalho domestico"

```

```

gen estrabdom1=0
replace estrabdom1=1 if estudamedio & trabalha & trabalhodom
label var estrabdom1 "estudando ensino medio ou prevestibular, trabalha e faz trabalho domestico"

```

```

gen estrabdom2=0
replace estrabdom2=1 if estudasup & trabalha & trabalhodom
label var estrabdom2 "estudando ensino superior ou pos, trabalha e faz trabalho domestico"

```

```

gen estudatrabedom=0
replace estudatrabedom=1 if estudamedio | estudasup & trabalha & trabalhodom
label var estudatrabedom "estudando, trabalhando e cuida dos afazeres domesticos"

```

Tabela 33 - Jovens que têm entre 24 e 29 anos que concluíram o Ensino Médio / Frequentaram o Ensino Superior (com peso populacional)

	Frequência	%
Frequenta ou Frequentou o E. Superior	4.976.634	41,5
Concluiu o E. Médio e não ingressou no E. Superior	7.013.300	58,5
Total	11.989.934	100,00